

PA(R)PA de Moçambique

Edmundo Francisco Macuáua

ÍNDICE

Agradecimentos-----	3
Resumo-----	4
Abstract-----	5
Lista de Quadros -----	6
Glossário de Abreviaturas e Expressões-----	7

INTRODUÇÃO-----8

I- Contextualização -----	10
I.1. Da Grande Depressão Económica a crise da Divida Externa-----	10
I.2. Termos de Toronto-----	17
I.3. Termos de Londres-----	18
I.4. Termos de Nápoles-----	19
I.5. Termos de Lyon-----	20
I.6. Termos de Colônia-----	20
II. Iniciativa HIPC -----	21
III. Plano Estratégico de Redução da Pobreza (PRSP): Potencialidades e Constrangimentos -----	34
III.1. Integração entre a Redução da Pobreza e Políticas Macroeconômicas ---	38
III.2. Ênfase Renovada na Boa Governação-----	39
IV. O Caso do Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) -----	44
IV.1. Consultas-----	51
IV.2. Estratégias de Monitoração e Avaliação-----	52
IV.3. Orçamento-----	53
IV.4. Prestação de Serviços Públicos nos Sectores Fundamentais-----	54
IV.5. Críticas ao PARPA-----	55
V. Questões para reflexão -----	68
Conclusão -----	71
Bibliografia -----	80

Agradecimentos

Ao longo dos vários meses em que estive envolvido na pesquisa, preparação e elaboração do presente livro tive a oportunidade de contar com o apoio de muitas pessoas que, directa ou indirectamente contribuíram para a concretização deste trabalho.

Por isso quero, em primeiro lugar, endereçar os meus sinceros agradecimentos ao Professor Catedrático Jochen Oppenheimer, que me incentivou a escrever sobre o PARPA e se responsabilizou pela supervisão e orientação.

Aos técnicos do grupo moçambicano da dívida os meus sinceros agradecimentos.

Meus agradecimentos vão também para a Professora Doutora Ana Costa, ao Doutor Belmiro Rodolfo e ao doutorando Melissão Nuvunga pelo apoio prestado.

A Delfina, minha esposa, a Edvalda, Hortência e Celso, meus filhos, vai a minha gratidão pelo apoio e compreensão e que o presente trabalho lhes sirva de incentivo para as lides académicas.

Resumo

O presente livro procura compreender até que ponto os **PRSP/PARPA** contribuem de forma eficiente para a redução da pobreza absoluta com recurso ao “crescimento económico sustentável”.

As suas principais conclusões são que os **PRSP/PARPA** não são documentos isolados de planificação, mas sim parte do processo de reformas económicas “impostas” pelas instituições de Bretton Woods, destacando-se destas pelo seu maior enfoque social e pelas garantias de participação da sociedade civil;

Com os **PRSP/PARPA**, pela primeira vez, pode-se medir o impacto dos programas de ajustamento estrutural nos pobres e, o impacto das políticas do **BM/FMI** na redução da pobreza;

A viabilidade dos **PRSP/PARPA** passa pela tomada de consciência e reversão dos efeitos negativos provocados pelos programas de estabilização e ajustamento estrutural, ao criarem condições para as privatizações danosas, as falências e fraco acesso aos serviços por parte dos pobres.

No caso específico do **PARPA** de Moçambique há necessidade de os planos setoriais corresponderem de forma integrada aos objectivos centrais de redução da pobreza, incluindo uma industrialização de trabalho intensivo em parceria com os mega projectos.

A redução da pobreza absoluta terá que se basear no aumento dos rendimentos da agricultura, do sector familiar e das pequenas e médias empresas intensivas em trabalho.

Para além de assumir os interesses sociais globais, o **PARPA** deverá ser mais bem dominado pelos agentes responsáveis pela sua implementação a nível central, provincial e local.

PALAVRAS CHAVE: Moçambique, **PARPA**, Pobreza, Crescimento económico.

Abstract

The present book tries to analyse how the elaboration, implementation, monitoring and evaluation of PRSP/PARPA contributes efficiently to the reduction of poverty when based on sustainable economic growth.

The main conclusions are that PRSP/PARPA are part of economic reforms imposed by Bretton Woods institutions with focus on civil participation and social matters; With PRSP/PARPA there are many opportunities to evaluate the impact of IMF and WB programs on the reduction of poverty;

To be feasible the PRSP/PARPA must deal carefully with the negative effects of IMF/WB recommendations such as unemployment, bankruptcies and poors limited access to basic facilities.

In the specific case of PARPA the Sectorial plans must match with the national common main goals of poverty reduction including the industrialization pro-employment;

The growth in agricultural incomes, the prioritisation of the rural areas must be a guide for poverty reduction and;

The national interest must be prioritised in PARPA that must be well known by who implements in the national, regional and local level.

Key Words: Mozambique, PRSP, Poverty, economic growth

LISTA DE QUADROS

1- Composição da Dívida da AS.S. Em 1990 e 2000-----	15
2- Rescalonamentos do Clube de Paris para Alguns Países da África Sub-saariana-----	17
3- Documentos Exigidos nos Programas Apoiados Pelos PRGF-----	30
4- Livro De Consulta -----	37
5- Mozambique: Debt Service on Public and Publicly Guaranteed Debt, 1995-2003-----	46
6- Resumo das realizações do PARPA no âmbito da Boa Governação-----	58
7- Evolução da Despesa Total na Educação-----	60
8- Distribuição Regional da Pobreza-----	64
9- Evolução do PIB de 2000 a 2003-----	74
10- Evolução da Inflação-----	75

Glossário De Abreviaturas E Expressões

ASS-Africa sub-saariana

BM- Banco Mundial
CFMP-Cenário Fiscal de Médio Prazo
EUA- Estados Unidos da América
G7- Grupo dos sete países mais industrializados
FMI- Fundo Monetário Internacional
G20- Grupo moçambicano da dívida
GoM-Governo de Moçambique
HIPC-Heavely Indebted Poor Countries
IBWs- Instituições de Breton Woods
IDA-Associação Internacional Para o Desenvolvimento
IFPRI-Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares
IPC- Índice do Preço ao Consumidor
MINED-Ministério da Educação
MOZAL- Mozambique Aluminium
OIT-Organização Internacional de Trabalho
ONGs-Organizações Não Governamentais
OPEP-Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OSC- Organizações da sociedade civil
PAE-Programa de Ajustamento Estrutural
PARPA-Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
PERP- Plano Estratégico para a Redução da Pobreza
PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRGF- Poverty Reduction Growth Facility
PRSP-Poverty Reduction Strategy Paper
QUIBB- Questionário de Indicadores de Bem estar
SWAP-Abordagem Sectorial Ampla
UNCTAD-Organização das Nações Unidas para o Comercio e Desenv.
VLP- Valor Liquido Presente

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como tema: “*Possibilidades e Limitações dos PRSP: o caso do PARPA*”. Ao abordarmos este tema tivemos como objectivo principal a avaliação das potencialidades e fragilidades dos PRSP quando analisados do ponto de vista da necessidade de garantir, nos países africanos em desenvolvimento, mormente os situados a sul do Saara, o crescimento e a redução da pobreza com recurso a modelos participativos e baseados na equidade.

De forma específica o presente trabalho visa apresentar, em primeiro lugar, o contexto do aparecimento e funcionamento dos PRSP bem como os seus resultados. Em segundo e último lugar, procura dissertar sobre o caso concreto do PARPA bem como sobre as suas realizações rumo a redução da pobreza absoluta em Moçambique.

A questão principal deste trabalho é saber até que ponto os PRSP (PARPA para o caso de Moçambique) realizam com sucesso os objectivos do crescimento e redução da pobreza em Moçambique e/ou nos países pobres altamente endividados.

Para a elaboração deste trabalho recorreremos aos métodos histórico, estatístico e comparativo bem como à pesquisa bibliográfica reforçada por questionários e entrevistas levados a cabo junto de individualidades ligadas a matéria.

O presente trabalho situa-se criticamente em relação à contra revolução neoclássica baseada no fundamentalismo do mercado que emergiu nas relações internacionais em geral e nas relações económicas internacionais em particular, a partir de 1980, altura em que se verifica uma ascendência política de governos conservadores nos Estados Unidos da América, Canadá, Grã Bretanha, e Alemanha ocidental trazendo consigo a teoria e política económica que vieram a dominar as relações económicas internacionais. Nos países em desenvolvimento esta teoria favoreceu o lado da oferta das políticas macro económicas, e a privatização das empresas estatais.

Tal teoria convidou os países em desenvolvimento, para o mercado livre e desmantelamento da propriedade estatal, planificação estatal e, regulação da actividade económica pelo Estado.

Estas tendências foram reforçadas pelo controlo, pelos governos conservadores acima citados, dos principais fóruns mundiais com destaque para o FMI e BM e pelo simultâneo enfraquecimento da influência das organizações com maior representação dos países em desenvolvimento como, o PNUD, UNCTAD, OIT e outras.

O argumento principal desta teoria é que o subdesenvolvimento é fruto de uma alocação ineficiente de recursos, políticas de formação de preços erradas e, excessiva intervenção estatal na economia.

Seus principais mentores são Lord Peter Bauer, Deepak Lal, Ian Little, Harry Johnson, Bela Balassa, Jagdish Bhagwati e Anne Krueger. Alias a nossa critica vai também para a abordagem denominada “Market-friendly” tida como a mais recente variável da revolução neoclássica trazida a baila por economistas e autores do Banco Mundial.

Esta abordagem reconhece a existência de muitas imperfeições nos mercados de produtos e de factores nos países em desenvolvimento e sugere que o governo tem um papel chave na facilitação das operações através de intervenções não seletivas como, por exemplo, o investimento nas infra-estruturas físicas e sociais, infra-estruturas sanitárias e instituições de educação ou ainda a provisão de um clima favorável ao investimento privado.

Esta nova abordagem assume que as falhas de mercado nos países em desenvolvimento são mais visíveis na área de coordenação de investimentos bem como em fenómenos como a falta ou informação imperfeita ou externalidades negativas na criação do conhecimento e formação (TODARO & SMITH, 2003). Mas continua ligada as condicionalidades da participação, para além de não separar as estratégias do alívio da dívida da iniciativa HIPC dos respectivos PRSP.

Ao elaborarmos esta dissertação quisemos entender que políticas foram escolhidas nos PRSP e quais as que foram colocadas de fora e, como estão relacionadas com o objectivo da redução da pobreza tal e como estabelecido nos objectivos do milénio.

I-contextualização

I.1-Da Grande Depressão económica ao surgimento da crise da dívida externa

Depois de um período caracterizado pela vigência de uma ordem económica baseada em práticas económicas fundadas no mecanismo dos preços onde os indivíduos tomavam decisões com base na racionalidade económica centrada no cálculo do custo de oportunidade garantido pelo conhecimento perfeito do mercado bem como das suas leis de procura e oferta que conduziam a preços equilibrados surgiu um crash da bolsa, em 1929, que veio a ser conhecido na história mundial como a Grande Depressão.

Uma grande depressão que começou nos EUA, com a crise de super produção e especulação que se resumiram na acumulação de stocks, baixa de preços, baixa de lucros, elevado nível de endividamento bancário e superprodução agrícola que acabaram conduzindo a venda acelerada das acções pelos seus possuidores, corrida aos depósitos bancários, falência dos bancos, falência das empresas dependentes do crédito, baixa do consumo, falência de pequenas e médias empresas e desemprego.

Este quadro sombrio propagou-se pelo mundo quando se verificou a retirada de capitais americanos e falência dos Bancos e empresas europeias, quebra do consumo devido ao desemprego e contração do comércio mundial devido à quebra do consumo e da actividade económica internacional, que consigo trouxe uma crise social a nível global, destruição maciça de stocks de alimentos, ruína de industriais e comerciantes e aumento de instabilidade política e insegurança.

Esta situação conduziu ao surgimento do Keynesianismo, nos anos 30, defendendo a intervenção do Estado na economia como necessária para o relançamento e dinamização da economia face à longa duração e gravidade da crise e incapacidade do capitalismo liberal, não intervencionista, de gerar uma solução vinda de dentro¹. Keynes, economista inglês defendeu a intervenção do Estado na economia com recurso à legislação para a sua regulação, através do aumento da capacidade de consumo da população, reabilitação económica e reabsorção da população desempregada e foi inspirador de políticas como a New Deal de Roosevelt com o sua aposta em grandes obras públicas como forma de inculir dinamismo e riqueza na economia e relançar a produção através da resolução dos problemas de desemprego,

¹ Informação retirada do site www.malhatlantica.pt/sitiodahistoria/tema10matriz.htm

aumento do poder de compra da população, relançamento do consumo, controlo da produção industrial, controlo da actividade agrícola e controlo da actividade bancaria que conduziram a recuperação gradual da economia.

Com o sucesso do New Deal os principais países europeus (Inglaterra, França, Alemanha e outros) também adotaram políticas económicas intervencionistas e proteccionistas.

Foi durante a vigência de tais políticas nacionalistas de reabilitação económica que se deflagrou a 2ª Grande Guerra, iniciada pela Alemanha Nacional Socialista que, trouxe a destruição das economias europeias e daquelas delas dependentes.

Finda a Guerra criou-se a Organização das Nações Unidas, em 1945, em S. Francisco, com o objectivo de manter a paz e promover a cooperação multilateral.

Já em 1944 tinham sido criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e, o Banco Mundial (BM) tendo a primeira instituição sido responsabilizada pela estabilidade do sistema financeiro internacional e, a segunda, responsabilizada pela reconstrução e desenvolvimento, principalmente da Europa, que havia sido destruída física e economicamente pela guerra.

Entretanto, os EUA tinham saído da guerra com 84% do ouro de todos os países ocidentais e tinham subido as suas reservas em 56% em relação ao período anterior ao início da guerra.²

Foi a partir desta posição que em 1947 os EUA decidiram, através do plano Marshall, fornecer recursos para a reconstrução da Europa, incluindo o Japão através do “The European Recovery Program”

O sucesso do “the European Recovery Program” levou muitos teóricos de desenvolvimento como Rostow, Lewis e Chenery (TODARO & SMITH, 2003) a conclusão de que o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, recentemente independentes, seria conseguido pela via da transferência de recursos financeiros sob a forma de empréstimos ou de ajuda dos países desenvolvidos para os em

² - extraído da publicação com título Mundo: Historia por Voltaire Schilling “in” http://educaterra.Terra.com.br/voltaire/mundo/plano_marshall113.htm

desenvolvimento já que estes últimos tinham uma fraca capacidade de poupança e investimento.

Esta abordagem de desenvolvimento levou a que nos anos 1970 e princípios dos anos 1980 muitos países em desenvolvimento, principalmente os de baixo rendimento situados a sul do Saara, recorressem a empréstimos dos governos dos países desenvolvidos, das suas agências de crédito às exportações ou dos Bancos privados quando garantidos por aquelas agências.

Para além da fraca capacidade de poupança e investimento foi também apontado como motivo para o recurso aos empréstimos, a partir de 1973, a primeira crise do petróleo que conduziu ao aumento, pelos países exportadores de petróleo dos seus rendimentos.

A falta de capacidade de absorção interna desses países levou a que depositassem os recursos provenientes do petróleo nos Bancos europeus o que fez com que a banca internacional tivesse excesso de liquidez face a dois tipos de países que não detinham tal liquidez: Os industrializados e os em desenvolvimento que enfrentavam um aumento abrupto dos custos de energia provenientes do aumento do preço do petróleo no mercado internacional.

A primeira solução encontrada pelos países em desenvolvimento, para lidar com a crise do petróleo, foi à redução do consumo de outros bens que não fossem petróleo ou seus derivados, pois a redução do consumo do petróleo iria conduzir a redução da capacidade de produção.

Para além das motivações acima apresentadas havia também a possibilidade de, não havendo no interior dos países em desenvolvimento, recursos para custear as despesas com o petróleo e havendo muita liquidez nos Bancos europeus aqueles se dirigissem a eles com o intuito de contração de empréstimos a taxas de juro reais baixas ou até negativas. Um procedimento que se mostrou, mais tarde, imprevidente e com consequências gravosas em longo prazo.

A motivação principal dos países desenvolvidos ao disponibilizar empréstimos era a promoção das suas exportações e os associados benefícios da protecção e criação de

empregos bem como os benefícios do reforço dos laços diplomáticos com vista à realização dos seus interesses nacionais (DASEKING, 1999).

O excesso de liquidez que conduziu os Bancos privados a emprestar sem garantias públicas também pode ser considerado uma das motivações do lado dos credores.

Para os países devedores a motivação estava na disponibilidade financeira criada pelos “petro-dolares” a taxas de juro baixas e até reais negativas e, sobretudo, no desejo de acelerar o processo de desenvolvimento.

Para além desta vontade dos credores oficiais e privados de emprestar e dos tomadores em contrair empréstimos outros factores também importantes contribuíram para o volume da dívida externa que muitos países em desenvolvimento acabaram ostentando junto dos credores públicos e privados. Tais factores foram os termos de troca adversos, falta de reformas, falta de ajustamento macro económico e estrutural sustentáveis, fraca capacidade de gestão da dívida e factores políticos tais como guerras e conflitos sociais que acabaram conduzindo as economias dos países em desenvolvimento ao colapso.

Ainda, para agravar a situação, como já se disse anteriormente, a subida de Reagan ao poder nos EUA, nos anos 1980, e respectiva política de aperto da oferta monetária fez com que os investidores americanos recorressem as suas empresas no exterior para investir no seu país de origem fazendo subir a inflação e, por esse intermédio as taxas de juro reais negativas, dos empréstimos contraídos pelos países em desenvolvimento, passaram a ser taxas de juro reais positivas de 5 a 6%.

“A todos estes factores negativos acrescentou _se a subida dos preços do petróleo protagonizada pela OPEP em 1979/80 e a simultânea subida das taxas de juro reais e declínio do volume e termos de troca das exportações dos países africanos que, em conjunto com as medidas de controlo de inflação levadas a cabo pelos países industrializados nos primórdios da década de 1980, contribuíram para a recessão económica mundial que trouxe, para os países africanos, a baixa dos preços de produtos primários, redução do volume e preços das exportações que fizeram estagnar o crescimento económico” (NGASSAM, 1992).

Este cenário culminou com a crise da dívida nos princípios dos anos 1980 e consequente busca de soluções pela comunidade financeira internacional através da

redução do fardo da dívida externa de forma a promover o crescimento económico, e garantir a viabilidade externa das economias dos países devedores.

Tal busca de soluções assumiu a forma de provisão de financiamentos concessionais dados pelas instituições financeiras internacionais, alívio da dívida pelos credores oficiais principalmente no contexto da prorrogação do vencimento do serviço da dívida feita pelo Clube de Paris ou, em alguns casos, feita pelos países credores de forma bilateral, operações de stock da dívida, através da redução do stock da dívida pendente, guiadas pelo plano Brady e programas de ajustamento estrutural promovidos pelas instituições financeiras multilaterais (DESAKING, 1999).

Apesar do sucesso no alívio da dívida dos países de rendimento médio, tais medidas não conseguiram eliminar os níveis inaceitáveis de pobreza e dívida externa nos países de baixo rendimento como os da África sub-saariana (ANDREWS et. al, 1999). A título de exemplo, estes países viram a sua dívida externa subir de \$60 biliões de USD em 1980 para \$ 105 biliões em 1985(CHOWDHURY, s/d) e mais tarde para cerca de \$ 180 biliões em 1990 tendência que também pode ser ilustrada pelo quadro abaixo.

Quadro 1 –composição de dívida da A.S.S. em 1990 e 2000 (em milhões de USD)

	Dívida total	Longo Prazo	Pública/ publicamente garantida	Privada não Garantida	Uso Créditos FMI

	1990	2000	1990	2000	1990	2000	1990	2000	1990	2000
África sub- saariana	176.883	215.794	149.377	157.777	144.101	163.765	5.276	12.012	6.612	6.739

Fonte: Adaptado do quadro apresentado em The World Bank Group (2002), www.worldbank.org/data/datatopic/debt.html citado em SUFIANE (2004)

Neste contexto um número significativo dos países pobres, especialmente os da África a sul do Saara, continuaram a enfrentar dificuldades na gestão das obrigações do serviço da dívida por causa de uma série de factores que incluem a acumulação de dívidas através, entre outras coisas, da provisão, pelos credores oficiais, de créditos à exportação, fracas estratégias de gestão da dívida nos países devedores, elevada dívida não concessional, deterioração dos termos de troca; vicissitudes das condições meteorológicas, guerras civis, fracas políticas económicas e fraca capacidade governativa.

Reconhecendo que a insustentabilidade da dívida externa dos países altamente endividados tornou-se um dos factores do fraco crescimento económico, **pobreza persistente** e fracas políticas sociais nesses países, e com o objectivo de mudar essa situação, vários instrumentos de alívio da dívida foram aplicados com destaque para a iniciativa HIPC adoptada a partir de 1996 pelo Banco Mundial (BM) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) como alargamento ou extensão dos programas de ajustamento macro económico e reformas estruturais iniciados na década 80.

Nestes termos, a iniciativa HIPC foi desenhada para lidar com o fardo da dívida externa global dos países elegíveis, reduzindo-a até níveis sustentáveis num período razoável de tempo.

Tal sustentabilidade da dívida externa espera-se que seja a capacidade de cumprir por completo, pelo país devedor, das suas obrigações do serviço da dívida corrente e futura, sem recurso ao alívio da dívida, adiamento do vencimento da dívida ou acumulação das dívidas em atraso e, sobretudo, a capacidade desse país de aliar todas essas aptidões ao combate à pobreza absoluta.

Pela importância teórica que tem, para a compreensão global do problema da dívida e das razões que determinaram a adopção da iniciativa HIPC passamos a descrever alguns instrumentos e instituições que se adotaram para a resolução dos problemas da dívida e da pobreza a nível internacional depois de esgotadas as hipóteses de sucesso das estratégias e instrumentos tradicionais nos países africanos de baixo rendimento.

Para exemplificar tal fracasso das estratégias tradicionais basta dizer que “Os 25 países da África Sub-saariana que rescalonaram as suas dívidas durante o período compreendido entre 1980 e 1988, 85% eram países de baixa renda; dos acordos de rescalonamento assinados, 75% eram relativos ao Clube de Paris” (SALIH citado em ALVES, 2000).

O recurso a tais instrumentos e estratégias tradicionais não evitou o aumento substancial dos pagamentos em atraso dos países de baixo rendimento e o consequente aumento da dívida externa que conduziu mais tarde a necessidade de medidas adicionais, por parte dos credores, no sentido de prevenir o colapso económico dos mesmos.

Como razão de fracasso destas estratégias SACHS (2002) aponta o facto de no período compreendido entre 1975 e 1988 a dívida do clube de Paris ter sido rescalonada, mas, não cancelada ou reduzida, em termos de valor presente, por se ter mantido a cobrança de taxas de juro comerciais.

Quando 2

Rescalonamentos do clube de Paris para alguns países da África Sub-saariana

	Ano do 1º rescalonamentos do	Reescal. subsequentes	Anos de acordos	Grau de recuperação	Cresc. ³ #	Cresc. ⁴ #1990-99
--	------------------------------	-----------------------	-----------------	---------------------	-----------------------	------------------------------

³ Crescimento anual médio

⁴ crescimento anual médio

	clube de Paris		com o FMI		1975-99	
Angola	1994	1995	1994-98	Remissão	-0.4	-0.5
Congo (Kinshasa)	1976	1977, 79, 81, 83, 85, 86,87	1978-82 1984-90	Crônico	0.4	1.8
Guiné-Bissau	1987	1989,95,01	1995-98 2000-01	Cronico	0.3	-1.9
Malawi	1982	1983,88,2001	1979-86 1988-99 2001	Cronico	-0.2	0.9
Moçambique	1984	1987, 90, 93, 96, 97, 99,2000.	1983-91 1994-99 2001	Crônico	1.3	3.8

Adaptado de: Growth rates from table 11, UNDP. Human Development Report 2002, pp,178-181 citados em SACHS (2002)

I.2. -Termos de Toronto (1988).

Perante este cenário de tentativa fracassada de evitar o colapso financeiro dos países devedores, em Outubro de 1988, surge o primeiro passo no sentido de aliviar mais eficazmente o fardo da dívida detida pelos países endividados mais pobres, através do acordo celebrado na cimeira do grupo dos sete países mais industrializados (G7), que se realizou em Toronto. Estes termos definiam três alternativas principais de os credores contribuírem para o alívio da dívida não concessional dos Países em desenvolvimento mais pobres:

- (i) cancelamento de 1/3 do capital da dívida durante o período de consolidação e rescalonamentos da restante dívida num prazo de 14 anos, com um período de graça de oito anos e com uma taxa de juro ao valor de mercado;
- (ii) rescalonamentos do capital em dívida, nos mesmos prazos da opção anterior, mas a uma taxa de juro abaixo do valor de mercado e, por ultimo;

- (iii) rescalonamentos de toda a dívida à taxa de juro de mercado, mas por um prazo de 25 anos com 14 anos de período de graça⁵.(BANCO MUNDIAL, 1994).

Pela primeira vez as dividas bilaterais não concessional (i.e. dos bancos comerciais) passam a ser reduzidas acima de 33,3% em termos de valor presente. Isto podia ser conseguido através da opção pela redução da dívida ou do serviço da dívida.

20 países beneficiaram dos termos de Toronto, mas as dividas multilaterais não foram reduzidas e, por isso, o alvo países de baixo rendimento não foi atingido.

I.3-Termos de Londres (1991)

A primeira abordagem específica dirigida aos países pobres não surtiu os efeitos desejados, e buscando uma solução a este problema surgem os termos de Londres em Dezembro de 1991 que subiram para 50% o nível da dívida dos países mais pobres muito endividados que era passível de ser reduzida.

Uma vez mais, varias opções conduzindo à redução da dívida ou do serviço da dívida foram introduzidas.

23 países beneficiaram dos termos de Londres incluindo muitos dos que tinham beneficiado dos termos de Toronto. Porém as dividas multilaterais continuaram a não ser perdoadas (SACHS, 2002)

Este novo esforço, da comunidade financeira internacional, apesar de revelador dos passos necessários para a resolução dos problemas da dívida, também, não surtiu os efeitos desejados por causa da deterioração das condições económicas dos países alvo.

Perante este novo cenário, muitos países credores, sobretudo europeus, que tinham uma relação tradicional com a África sub saariana, investiram na concessão de mais alívio da dívida aos países pobres (DASEKING, 1999).

I.4-Termos de Nápoles (1994).

⁵ O período de graça é o período durante o qual o país usa os recursos financeiros provenientes de créditos antes de iniciar o serviço da dívida.

Na conferencia do G7 que se realizou em Nápoles em Dezembro de 1994, a dívida passível de redução subiu para 67% e estabeleceu-se o mínimo de 50% de redução da dívida dos países pobres altamente endividados.

A partir das decisões desta conferencia foi possível:

- O aumento para 67% do alívio da dívida, em qualquer das opções do cancelamento parcial do stock da dívida ou de redução do valor atualizado das obrigações decorrentes do serviço da dívida;
- aumento, para 25 anos, do prazo dos rescalonamentos e;
- Possibilidade de reestruturação de uma só vez de todo o stock da dívida, em vez de um tratamento diferenciado entre a dívida concessional e não concessional.

Esta forma de tratamento do problema da dívida, não surtiu os efeitos desejados, sobretudo nos países da África sub-saariana com baixa renda que viram a estrutura da sua dívida alterada, com a dívida multilateral a apresentar um valor maior do que a contraída nas organizações bilaterais por causa do não perdão da dívida concessional pelas instituições financeiras multilaterais (FMI, BM, etc).

Para além da condição de credores preferenciais das instituições multilaterais, principalmente o FMI, aponta-se também como factor contrário ao sucesso dos termos de Nápoles, o facto de a partir de 1987, tais instituições multilaterais, terem começado a extrair recursos financeiros reais dos países que precisavam da injeção dos mesmos para o seu desenvolvimento.

De uma situação de solucionadores de crises como credores de último recurso os credores multilaterais tornaram-se a fonte dos problemas dos países pobres mais endividados. Para alguns países em desenvolvimento, o fardo da dívida multilateral, tornou-se mesmo impossível de suportar.

Esta alteração da estrutura que conduzia a transferências líquidas dos países em desenvolvimento devedores para as instituições de Bretton Woods, escandalizou o mundo e reforçou as teses contrárias a viabilidade do modelo de financiamento daquelas instituições, sobretudo, para a resolução dos problemas da dívida externa.

Assim, os países do G7 exigiram maior flexibilidade do FMI e do BM para se garantir a resolução do problema dos países pobres muito endividados, recorrendo ao tratamento equitativo de todos os credores incluindo as próprias instituições financeiras internacionais.

1.5. Termos de Lyon.

Para (SACHS, 2002) os termos de Lyon também conhecidos como iniciativa dos países pobres altamente endividados (HIPC) foram estabelecidos em Dezembro de 1996 com o objectivo de subir para 80% a dívida dos países altamente endividados passível de redução. Pela primeira vez, a dívida para com as instituições multilaterais, principalmente para com o FMI, o BM e os Bancos regionais de desenvolvimento, também é reduzida e introduz-se o conceito da “sustentabilidade da dívida”.

Nesta nova estrutura, as dívidas podiam ser canceladas para trazer o limiar da dívida para 200 a 250% das exportações de bens e serviços ou, no caso dos países com um alto rácio exportações-PNB, para não mais de 30% das receitas orçamentais anuais. Sobre a ambreia desta iniciativa somente cinco países, incluindo Moçambique, foram elegíveis por causa das suas condicionalidades que eram difíceis de atingir.

1.6. Termos de Colônia

Cedendo a evidência deste efeito das condicionalidades estabelecem-se, em Novembro de 1999, os termos de Colônia também conhecidos por Iniciativa HIPC reforçado. Nesta iniciativa sobe-se para 90% ou mais a dívida passível de redução. Na mesma iniciativa a dívida aos credores oficiais bilaterais e multilaterais também deverá ser reduzida de forma significativa para se atingir a “sustentabilidade da dívida” como foi redefinido nos seus termos.

Nesta iniciativa a sustentabilidade da dívida significa que esta não ultrapassa os 150% das exportações ou, em países com um alto rácio exportações-PNB, não excede 25% das receitas fiscais. Esta iniciativa tem uma característica impar ao incluir o BM e o FMI no alívio da dívida dos países pobres altamente endividados, com recurso a esforços de redução da pobreza.

Por ser de importância extrema para a compreensão dos problemas da redução da pobreza nos países da África sub saariana passamos a descrever a iniciativa HIPC com algum pormenor.

II-Iniciativa HIPC

A iniciativa HIPC foi proposta pelo Banco Mundial e pelo FMI e acordada com os governos do mundo inteiro em Outubro de 1996. Trata-se da primeira tentativa global para reduzir a dívida externa dos países mais pobres e mais profundamente endividados do mundo inteiro, e representou um passo importante ao colocar o alívio da dívida no seio do esforço global de redução da pobreza⁶.

A iniciativa HIPC é uma abordagem para a redução da dívida dos países altamente endividados que implementam programas de ajustamento e reforma estruturais apoiados pelo FMI e Banco Mundial.

Inicialmente desenhada com o objectivo de assegurar que nenhum país pobre tivesse uma dívida não sustentável a iniciativa pressupunha a coordenação de esforços entre a comunidade financeira internacional, incluindo as organizações multilaterais e governos, na redução, para níveis sustentáveis, do fardo da dívida externa da maioria dos países altamente endividados⁷.

Esta iniciativa foi revista em 1999, para garantir um mais profundo, generalizado e rápido alívio da dívida e o estreitamento dos laços entre o alívio da dívida, a redução da pobreza e as políticas sociais.

Os beneficiários, desta iniciativa são os países mais pobres, aqueles que só são elegíveis para a assistência em termos altamente concessionais da Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA), o organismo do Banco Mundial que faz

⁶ Retirado da publicação do Banco Mundial, 1999 in <http://www.worldbank.org/hipc/port.../po-detailed-desc.htm>

⁷ retirado da publicação do FMI “in” <http://www.imf.org/external/np/exr/facts/hipc.htm>

empréstimos em termos altamente concessionais, e do mecanismo do FMI para a redução da dívida e para o crescimento (antigo ESAF).

A iniciativa aplica-se também aos países que enfrentam uma situação insustentável da dívida mesmo depois da aplicação integral dos mecanismos tradicionais para o alívio da dívida (tais como a aplicação das condições de Nápoles no âmbito do acordo do clube de Paris)⁸.

Para ser considerado para a assistência pela iniciativa HIPC o país candidato deve:

_ estar a enfrentar um fardo de dívida insustentável, de acordo com os mecanismos tradicionais de alívio da dívida;

- Demonstrar uma performance apropriada ao nível de ajustamento estrutural, através da implementação de reformas apoiadas pelo FMI e Banco Mundial e;
- ter desenvolvido um (Poverty Reduction Strategy Paper- PRSP) através de um processo participativo (pode ser de carácter interino).

Os referidos países devem ter em conta que:

- a iniciativa HIPC tem como objectivo principal a sustentabilidade global da dívida numa base caso por caso, promovendo, desse modo a saída permanente do processo de adiamento do vencimento da dívida;

- os credores concebem o alívio da dívida somente se o país devedor tiver demonstrado capacidade de aproveitar com prudência o alívio da dívida concedido;

- alívios adicionais da dívida são concedidos para além dos mecanismos tradicionais de alívio da dívida existentes;

- as medidas de alívio da dívida da iniciativa são coordenadas entre todos os credores envolvidos com uma participação alargada e equitativa;

- as medidas tomadas pelas agencias multilaterais estão de acordo com o seu estatuto de credores preferenciais e preservam a sua integridade financeira e que;

⁸ Retirado da publicação do Banco Mundial, 1999 “in” http://www.worldbank.org/hipc/portug...//po-detailed_desc.htm

- novos financiamentos para os HIPC's são concedidos nos termos concessionais apropriados.

Não obstante o debate sobre a existência ou não de padrões universais para a definição da sustentabilidade da dívida, o FMI, procurou traduzir esta questão qualitativa em quantitativa, através da apresentação de indicadores que pudessem servir de parâmetros para avaliar o nível de sustentabilidade da dívida de um determinado país.

O primeiro critério foi o do valor líquido Presente (VLP) da dívida que devia se situar abaixo de 200% do valor das exportações de bens e serviços. Caso os mecanismos tradicionais não conseguissem manter o rácio da dívida/exportações abaixo ou entre os 200 e 250% o país em causa seria considerado insustentável.

Utilizava-se também, para casos de países com economias muito abertas, (definidos como aqueles que tinham o rácio exportações/PIB de pelo menos 40%) e que estivessem a desenvolver esforços significativos para gerar recursos (indicados pelas receitas fiscais de pelo menos 20% do PIB) o critério VLP da dívida/exportações de 150%.

Outro critério válido para a elegibilidade era o valor líquido presente da dívida de um determinado país que excedesse 280% das receitas fiscais⁹.

Com o intuito de fornecer garantias, aos credores e aos doadores, o Banco Mundial e o FMI dispuseram-se a acompanhar, analisando periodicamente ao longo de seis (6) anos, a performance do país não só ao nível da dívida externa, mas também ao nível da implementação das reformas económicas e sociais consideradas essenciais para a sustentabilidade do seu processo de desenvolvimento económico.

Embora alguns países africanos de baixa renda (Moçambique e Uganda) tenham completado o programa HIPC original e obtido perdão dos seus pagamentos do serviço da dívida, as primeiras normas da iniciativa HIPC foram considerados por

⁹ retirado da publicação do FMI sob responsabilidade de ANDREWS et. al, 1999:4 "in"
<http://www.imf.org/external/pubs/ft/pam51/contents.htm>

todos como restritivas, dificultando a qualificação dos países e a subsequente obtenção do perdão da dívida.

Os fracos resultados da iniciativa de 1996 motivaram alterações significativas a partir de 1999¹⁰.

No enquadramento desenvolvido a partir de 1999, a sustentabilidade da dívida determina-se tendo em conta as seguintes regras:

- Os funcionários do Banco Mundial e do FMI, em conjunto com representantes do país devedor, preparam uma análise da sustentabilidade da dívida para determinar se um país está perante uma situação de dívida insustentável após a aplicação integral dos mecanismos tradicionais de alívio da dívida;
- Os níveis sustentáveis da dívida em relação às exportações estão definidos num rácio fixado em 150% (na base do valor líquido presente VLP);
- No caso das economias abertas onde existe uma grande dependência externa, impedindo assim de refletir, de modo adequado, o custo fiscal da dívida externa pode recomendar-se um limiar de VLP dívida/exportações inferior a 150% se o país em questão satisfizer dois outros critérios no momento do ponto de decisão: um rácio exportações /PIB de pelo menos 30% e um patamar mínimo das receitas fiscais relativamente ao PIB de 15%.
- Para os países com altas proporções de exportações em relação ao PIB estabeleceu-se, em termos de VLP, o rácio dívida/ receitas fiscais de 150% no momento do ponto de conclusão¹¹.

Para que esta iniciativa reforçada surta os efeitos desejados espera-se que todos os credores participem no fornecimento da assistência excepcional, para além da prestada pelos mecanismos correntes, necessária para se alcançar a sustentabilidade da dívida. Os credores partilham os custos da assistência no âmbito da iniciativa com base numa distribuição ampla e equitativa dos esforços financeiros e fornecem alívio numa base que é proporcional a quota da dívida que lhes é devida, após a aplicação

¹⁰ retirado da publicação com título Perspectivas económicas “in”
<http://usinfo.state.gov/journals/ites/0201/ijep/ie020110.htm>

¹¹ informação retirada da publicação do BANCO MUNDIAL, 1999
“in”http://www.worldbank.org/hipc/portug.../po-detailed_desc.htm

integral das formas tradicionais de alívio da dívida. Estes termos incluem os termos de Nápoles dos credores do clube de Paris que proporcionam uma redução de 67% em VLP da dívida elegível.

Os credores do clube de Paris (bilaterais e multilaterais) proporcionarão uma redução adicional da dívida no âmbito da iniciativa, como parte do esforço global destinado a habilitar o país a libertar -se de uma dívida insustentável.

De acordo com a prática corrente, os países que recebem assistência do clube de Paris terão de procurar uma solução para a dívida para com os outros credores bilaterais e comerciais em termos pelo menos comparáveis aos acordados com o clube de Paris.

Dos credores multilaterais espera-se que se tomem medidas para a redução do valor atualizado dos seus empréstimos de modo a se alcançar uma dívida sustentável, com base num método de distribuição dos custos pelos outros credores integralmente proporcional, depois da total aplicação dos termos de Nápoles.

Espera-se que os mesmos credores participem na iniciativa através de medidas para reduzir o valor atualizado dos seus empréstimos, quer através do fundo fiduciário HIPC quer de ações paralelas.

As instituições multilaterais podem, ainda, optar por prestar assistência destinada a ajudar a mitigar o custo da dívida, depois de um país ter atingido o ponto de decisão. Tal assistência, prestada através de medidas temporárias, seria considerada pelas instituições multilaterais como parte do alívio da dívida no âmbito da iniciativa HIPC¹² (no âmbito do novo enquadramento, espera-se que a assistência provisória seja parte integrante do pacote do alívio da dívida).

Nesta nova estrutura do HIPC o Banco Mundial está pronto a atribuir assistência no ponto de decisão de modo a conseguir a redução acordada do valor atualizado das dívidas dos países elegíveis para consigo. Poderá ainda proporcionar assistência temporária na fase entre o ponto de decisão e o ponto de conclusão, como qualquer assistência posterior ao ponto de conclusão.

¹² BANCO MUNDIAL, 1999“in” http://www.worldbank.org/hipc/portug.../po-detailed_desc.htm

O principal veículo utilizado para a participação do Banco Mundial é o fundo fiduciário HIPC.

Ainda relacionado com as instituições multilaterais, na nova estrutura do HIPC o próprio FMI está pronto a atribuir assistência HIPC no ponto de decisão com vista a conseguir a acordada redução do valor atualizado das dívidas dos países elegíveis. O FMI aceitou disponibilizar assistência temporária no período entre o ponto de decisão e o ponto de conclusão, podendo qualquer assistência posterior ser fornecida no ponto de conclusão.

A sua aposta é fornecer assistência HIPC através de doações especiais do mecanismo para a redução da pobreza e crescimento (PRGF) a serem pagas através de uma conta de fundos em custódia e utilizado para cobrir os pagamentos do serviço da dívida que lhes são devidos.

Disponibiliza-se a desenvolver esforços para garantir as necessidades integrais de financiamento do Fundo PRGF_HIPC.¹³

Ao se basear a iniciativa HIPC nos Planos estratégicos de redução da pobreza da sigla inglesa (PRSP) ligados aos programas de financiamento para a redução da pobreza PRGF sugeriu-se que se preparassem os PRSP por meio de um processo participativo a cada três anos e que as autoridades governamentais dos países beneficiários preparem relatórios anuais de actividades para atualizar a estratégia nos anos provisórios se necessário. Assim para cada PRGF existirá um PRSP e um Relatório de actividades atualizado e endossado pelo FMI e pelo BM.

É esta ligação do HIPC aos PRSP e aos PRGF sucessores dos PAE que será objeto de maior atenção no nosso trabalho. De forma mais sucinta a nossa preocupação se cingirá na ligação do alargamento dos PAE à área de combate a pobreza (PRGF) aos planos estratégicos para a redução da pobreza absoluta (PARPA).

A natureza dos próprios planos estratégicos (PARPA no caso de Moçambique) face aos seus procedimentos, objectivos e resultados estarão também no centro do nosso trabalho começando pela compreensão dos aspectos operacionais dos PRGF quando

¹³ THE WORLD BANK GROUP/HIPC DEBT INITIATIVE “in”
http://www.worldbank.org/hipc/port...po-detailed_desc.htm

condição para a implementação de um PRSP. Procuramos em suma identificar o impacto dos PRSP, PARPA para o caso de Moçambique, nas pessoas extremamente pobres que afinal são em última instância os objetos qualitativos e quantitativos de tais programas.

Assim, quando em 1999 se aprovou a substituição do programa reforçado de financiamento para o ajustamento estrutural (ESAF) pelo novo programa de financiamento para a redução da pobreza e crescimento (PRGF) tinha-se como objectivo tornar os esforços da redução da pobreza, nos países membros do FMI e BM de baixa renda, um elemento central e mais explícito de uma estratégia económica renovada, virada ao crescimento. O enfoque do novo programa está, em ordem decrescente, no fortalecimento substancial e sustentável da posição da balança de pagamentos dos países em apreço, elevação do nível de vida e, por fim, a redução da pobreza.¹⁴

Uma das características base dos PRSP quando ligados aos PRGF é a liderança das próprias populações alvo na selecção de políticas e objectivos. Assim, as participações activa da sociedade civil, das ONGS e das instituições internacionais complementam os esforços dos governos na expectativa de que, desse modo, se possam gerar ideias inovadoras sobre as estratégias e medidas necessárias para atingir as metas simultâneas de crescimento e redução da pobreza.

Uma outra preocupação que se prende à ligação dos PRGF aos PRSP é a responsabilização cada vez maior das instituições públicas pela paternidade das políticas pela via do debate constante do seu conteúdo, bem como pela fixação de indicadores de resultados visando a monitoração da eficácia e eficiência das políticas, incluindo os gastos públicos.

No desenho dos PRSP as preocupações sociais e sectoriais com vista à garantia da realização dos objectivos, crescimento e redução da pobreza são garantias suficientes para o apoio a ser prestado pelo FMI e pelo BM caso sejam apurados os seus custos e definidas prioridades.

Neste âmbito e numa perspectiva macroeconómica de estabilidade, a mobilização do apoio externo é vista como peça fundamental que poderá garantir um crescimento económico sustentado e que beneficie os pobres.

¹⁴ Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento (PRGF) _Aspectos Operacionais “in” [http:// www.imf.org/ external/np/pdr/prsp/por/poverty2.htm](http://www.imf.org/external/np/pdr/prsp/por/poverty2.htm)

Ligando os PRGF a actividade e ao investimento do sector privado se augura o sucesso da estratégia da redução da pobreza. Uma outra condição apresentada para o sucesso de tal estratégia é a gestão macroeconómica prudente, mercados mais livres e mais abertos e um ambiente estável e previsível para a actividade do sector privado bem como as políticas tendentes à boa governação quando ligadas ou destinadas ao apoio ao investimento privado e ao crescimento pela via da gestão fiscal eficiente e transparente.

A questão central que está ligada à gestão fiscal eficiente e transparente é a deslocação das despesas públicas dos usos improdutivos para os programas de redução da pobreza eficientes e bem direccionados.

Nas estratégias de redução da pobreza ligadas aos PRGF a questão fundamental da estabilidade macroeconómica baseia-se na necessidade premente de não permitir que se sacrifique a inflação baixa para financiar despesas adicionais como forma de reduzir a pobreza, principalmente, quando a inflação ultrapassa um dígito.

No imperativo de os PRSP estarem ligados aos PRGF e serem desenhados através de um processo participativo surgem algumas recomendações ligadas a necessidade de mostrar, aos doadores, cenários macroeconómicos contendo indicações claras do financiamento necessário para atingir as metas estabelecidas pelo país, sobretudo, as ligadas à redução da pobreza no contexto dos objectivos do milénio especificando cenários de maior e menor possibilidade de financiamento.

Outro imperativo é a especificação dos elementos prioritários do programa relativamente à redução da pobreza para cobrir eventuais faltas de financiamento sem prejudicar muito as metas de redução de pobreza.

Olhando para a estrutura dos PRGF e se não se considerar as mudanças relacionadas com a necessidade de um enfoque voltado para a pobreza, os principais termos e condições aplicáveis aos acordos no âmbito dos PRGF são os mesmos vigentes no caso dos antigos ESAF. Por exemplo, estão habilitados aos PRGF todos os países que estavam habilitados aos ESAF.

Os relatórios ou os PRSP discutem-se ao mesmo tempo em que ocorrem as discussões dos acordos do PRGF para salvaguardar os interesses dos países credores apesar de o

Departamento de elaboração de exame de políticas do FMI¹⁵ considerar que o ideal seria o alinhamento dos ciclos trienais dos PRSP e do PRGF, de modo a que um acordo do PRGF começasse simultaneamente com o endosso de um novo PRSP com pelo menos 12 meses de antecedência.

Por se desenharem em colaboração entre o BM e o FMI, os PRSP oferecem, teoricamente, a oportunidade de redução da sobreposição da condicionalidade, bem como de melhoria do monitoramento e formulação de políticas através da indicação das responsabilidades do BM ou do FMI nas diversas áreas.

Esta atitude de complementaridade no monitoramento e na condicionalidade dos programas representa uma ruptura em relação às práticas antigas caracterizadas pela sobreposição e, por consequência, complexidade no cumprimento das condições impostas aos países beneficiários da assistência.

O grande desafio dos PRSP é conseguir que todas as instituições e prestadores de ajuda utilizem as suas estruturas para coordenar as suas estratégias de crédito e impor as respectivas condições.

Os PRSP tem uma estrutura macroeconómico de médio prazo quantificada, a partir da qual são definidos indicadores de referencia trimestral no programa apoiado pelo PRGF.

Existe também uma parcial separação entre a ajuda de emergência, os acordos Stand-by e os PRSP/PRGF, pelo menos como condição inicial de fornecimento de ajuda.

A terminar e, como se disse acima, exige-se que haja um PRSP e relatórios anuais de actividades para que se estabeleça acordos PRGF e, desse modo, os documentos exigidos para os programas apoiados pelo PRGF são mais complexos que os que eram exigidos pelo ESAF.

¹⁵ in <http://www.imf.org/external/np/pdr/prsp/por/poverty2.htm>

Quadro 3 documentos exigidos nos PRGF

Documento	Periodicidade	Autoria	Público-alvo
A) Documentos necessários para acordos do ESAF			
Documento-quadro de política económica e financeira (PFP)	Anual	Elaborado em conjunto com o Fundo e o Banco; documento do País	Conselhos do Fundo e do Banco; hoje publicado pela maioria dos países
Carta de intenção (pode incluir memorando de política económica)	A cada pedido de acordo ou revisão	Elaborado pelo país em conjunto com o Fundo; documento do país	Conselho do Fundo; hoje publicado pela maioria dos países
Relatório do corpo técnico	A cada pedido de acordo ou revisão	Elaborado pelo corpo técnico do Fundo	Conselho do Fundo
B) Documentação proposta para Acordos do PRGF			
Plano Estratégico de Redução da Pobreza (PERP)	PERP em cada três anos, com relatório anual de actividades nos anos intermédios	Elaborado pelo próprio país, em consulta com a sociedade civil e doadores, com assistência do Fundo e Banco	Documento público; endosso do Fundo e do Banco necessário para respaldar as operações; pode ser usado pelos doadores para organizar o apoio
Avaliação do PERP pelo corpo técnico	A cada PERP, relatório de actividades e PERP provisório	Elaborado em conjunto pelo corpo técnico do Fundo e do Banco	Conselhos do Fundo e do Banco; será publicado
Carta de intenções (pode ser Memorando de política económica)	A cada pedido de acordo ou revisão	Elaborado pelo país em conjunto com o Fundo; documento do País	Conselho do Fundo; hoje publicado pela maioria dos países
Relatório do corpo técnico	A cada pedido de acordo ou revisão	Elaborado pelo corpo técnico do Fundo	Conselho do Fundo
Pró-memória: Documentos da Iniciativa HIPC			
Documentos da Iniciativa HIPC (para Países que solicitarem assistência no âmbito da Iniciativa)	Antes do ponto de decisão (documento preliminar) no ponto de decisão e no ponto de conclusão	Elaborado pelo Banco e pelo Fundo a partir da análise de sustentabilidade da dívida preparada em conjunto pelo País, o Fundo e o Banco	Conselhos do Fundo e do Banco; outros credores que tenham interesse na iniciativa HIPC; a maioria dos países tem acordado em publicar os documentos dos pontos de decisão e de conclusão

Fonte: Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento (PRGF) – Aspectos Operacionais “in” File: //\\Warehouse\C\edm4.htm.

Importa referir também que a introdução dos PRSP bem como a sua ligação com os PRGF representa um esforço em recursos do que o que se fazia com os ESAF no que diz respeito ao numero de missões que procuram ajudar na elaboração dos PRSP nos países beneficiários, uma coordenação FMI/BM, uma função activa dos representantes residentes no que diz respeito à elaboração e monitoração dos PRSP,

uma assistência técnica e pesquisa e, uma interação entre as questões macroeconômicas e a pobreza.

É com base nesta nova estrutura incorporada na iniciativa HIPC que se busca a sustentabilidade da dívida dos países altamente endividados, mormente os situados a sul de Saara tendo em conta a importância do ambiente institucional e de política económica, o papel do sector privado e das políticas fiscais que possam conduzir ao crescimento económico numa base sustentável. Alias a International Development Association organismo ligado ao BM defende que mesmo que a iniciativa HIPC reduza o stock da dívida externa dos países elegíveis, a sustentabilidade em longo prazo somente será atingida se as causas fundamentais que desencadeiam o crescimento da dívida forem combatidas. Tais causas incluem a fraca gestão macro económica, implementação deficiente das reformas políticas e governação deficiente, bem como factores externos tais como a deterioração dos termos de troca e políticas protecionistas que restringem o acesso aos mercados de exportação.

Outros constrangimentos em longo prazo apontados são, para os países mais pobres da comunidade internacional, a produção limitada e pouco diversificada bem como a fraca base de exportações, dependência forte de poucos produtos primários que os tornam particularmente vulneráveis aos choques externos.

Daí que a implementação de políticas económicas viáveis que estabeleçam um ambiente conducente ao crescimento e redução da pobreza seja a aposta dos PRSP.

Tal atitude alargaria o leque de escolhas para fora do recurso à ajuda, sob forma de donativos ou empréstimos, e tornaria possível altas taxas de crescimento económico. Alias a estrutura da iniciativa HIPC reforçada busca uma ligação mais explícita entre o alívio da dívida e políticas macro económicas, estruturais, e sociais apropriados através dos planos estratégicos de redução da pobreza (PRSP) que são desenhados pelos países HIPC esperando-se que daí possa sair uma maior apropriação dos programas de ajustamento estrutural e reformas económicas em curso nos seus países.

Porém, nem tudo depende dos países pobres altamente endividados já que no que diz respeito ao acesso aos mercados há uma grande necessidade de reavaliação das

prioridades por parte dos países do norte, mormente no contexto do comércio internacional livre.

Além de BLOOM e SACHS (1998) citados em (MOCHRLE, 2000) as instituições financeiras internacionais continuam a exigir a aderência às prescrições dos programas de ajustamento estrutural antes de oferecer o alívio da dívida o que é desnecessariamente restritivo.

Para KALIMA (2003) o relacionamento entre os países e instituições credoras e os países HIPC é mais lento do que se esperava e sofre de subfinanciamento, excesso de condicionalismos e restrições na elegibilidade, alívio da dívida inadequado e procedimentos pesados.

No que diz respeito à sustentabilidade da dívida, argumenta-se que os 22 países beneficiários do HIPC em África gastam \$2 bilhões, em cada ano, em pagamento da dívida aos países ricos e instituições credoras multilaterais como o FMI e o BM não lhes restando recursos para atender às prioridades domésticas urgentes tais como o alívio da pobreza e o combate ao HIV/SIDA.

Isto também pode significar, na actual estrutura, que uma dívida tornada financeiramente sustentável, pela via dos pressupostos do HIPC reforçado, pode não corresponder necessariamente a políticas eficazes de combate à pobreza.

Kalima (2003) ilustra esta imagem com o facto de os países africanos estarem a pagar pelo serviço da dívida mais de três vezes do que os seus gastos na saúde e educação combinados.

O alívio da dívida proveniente da iniciativa HIPC é criticado também por se mostrar ineficiente na busca da sustentabilidade das economias dos países HIPC ao manter a transferência de recursos dos países do sul (embora em dimensões reduzidas) para o norte quando a pobreza precisa de ser erradicada no sul.

Em termos gerais e relativamente à dívida externa existe a convicção de que a iniciativa HIPC ignora a questão da dívida ilegítima ao subalternizar o imperativo do cancelamento da dívida que, para o caso de África, foi contraída no tempo da guerra

fria e ou foi contraída por governos corruptos que usaram os recursos para reforçar o seu poder ou para os seus próprios bolsos. Alias tais empréstimos foram fornecidos sem atenção para a viabilidade dos projectos apresentados ou para a capacidade dos países receptores de os pagar.

Como alternativa a estrutura actual do HIPC, KALIMA (2003) sugere que a motivação política e económica dos credores para fornecer credito deverá ser seriamente avaliada a nível global pois, a dívida tem continuado a ser usada pelos credores como um instrumento de dominação do sul pelo norte e o alívio da dívida do HIPC tem sido melhor sucedido na protecção dos interesses do doadores do que os dos devedores. Kalima sugere ainda que os governos do terceiro mundo deverão receber uma chance para apresentar as suas próprias abordagens para a redução da pobreza, em parceria com a sociedade civil e outros agentes, mas de forma diferente a preceituada nos PRSP que é prescrita pelo poder financeiro internacional.

Importa referir que a participação da sociedade civil no processo dos PRSP em África tem, segundo a mesma autora, sido necessário, mas não suficiente para garantir uma política efectiva que possa fazer uma significativa diferença na vida dos pobres. O recurso à participação da sociedade civil pelo FMI e BM tem sido um mero aumento das condicionalidades e, por isso, deverá haver uma separação clara entre o alívio da dívida, os PRSP e a iniciativa HIPC, de outra forma, as condições políticas em torno dessas iniciativas continuarão a afetar negativamente os esforços de desenvolvimento que tem em consideração as aspirações e as necessidades das populações locais.

III- Plano Estratégico para a Redução da Pobreza (PRSP):Potencialidades e Constrangimentos.

O PERP é um documento estratégico de planeamento da redução da pobreza e visa, garantir que os HIPC possam incluir preocupações sociais nos seus orçamentos e políticas. Isto implica que para se estabelecer uma ligação robusta entre a redução sustentável da dívida e a redução da pobreza deve-se adoptar uma estratégia de redução da pobreza com base no crescimento e com utilização de todos os recursos disponíveis.

Os PERP (sigla em português dos PRSP) de origem nacional requerem, para o seu sucesso, de acordo com a obra de ANDREWS et.al.(1999), para além de uma forte ênfase nas reformas macro económicas e estruturais, uma redução da pobreza sustentável com base num crescimento económico rápido reforçado por uma estabilidade macro económica e reformas estruturais.

Tal estratégia deverá reconhecer que a pobreza é multidimensional e a sua redução requer mais do que a disponibilização de mais serviços sociais.

É imperioso que também se reconheça que uma alargada participação da sociedade civil e uma governação reforçada são essenciais para uma implementação sustentável de uma estratégia antipobreza baseada em objectivos transparentes (no contexto dos objectivos do milénio para 2015 tais como a redução em 50% da pobreza) e no estabelecimento de mecanismos de uma generalizada avaliação (monitoração) dos respectivos indicadores.

É também mister a colocação da estratégia de redução da pobreza, a ser produzida pelas autoridades locais em colaboração com o BM, FMI e outras instituições multilaterais ou doadores, num patamar que possa assegurar a transparência e uma participação mais abrangente na escolha dos objectivos, formulação de políticas, e monitoração da implementação.

Essa é, também, uma forma de assegurar a consistência entre as políticas macro económicas, estruturais, e sociais (incluindo a sua sequência) e os objectivos da redução da pobreza e desenvolvimento social, incluindo o estabelecimento de prioridades nessas áreas.

O referido documento deverá também indicar as necessidades específicas em recursos do país para atingir os objetivos de desenvolvimento globais em 2015.

Deve também identificar os obstáculos ao rápido crescimento, difundir os benefícios da participação e desse crescimento junto dos pobres e propor ações para lidar com tais obstáculos para poder ser elegível como base orientadora para o apoio fornecido ou a fornecer pelos doadores, bancos de desenvolvimento regionais e outras instituições multilaterais.

Tal reorientação pode ser vista na transformação do antigo ESAF do FMI em PRGF que faz com que futuros empréstimos aos países de baixo rendimento sejam baseados numa estratégia de redução de pobreza concebida a nível nacional (PRSP) mantendo porém a filosofia dos ESAF.

Os PRSP fornecem, igualmente, uma oportunidade de uma colaboração entre o FMI e o BM, entre estas duas instituições e os governos e sociedade civil.

Os PRSP tem a sua origem na necessidade de providenciar uma base para uma assistência concessional suplementar pelo BM e FMI bem como um alívio da dívida no âmbito da iniciativa HIPC como estratégia para enfrentar a deterioração global da pobreza e das desigualdades sem, no entanto, afastar-se do caminho desenhado pelos programas de ajustamento estrutural (PAE).

Como já se afirmou acima, os PRSP devem ser de origem nacional, orientados para os resultados, de alcance abrangente e baseadas na parceria, mas também incorporam algumas condicionalidades como a participação de empresas internacionais de consultoria e de técnicos do FMI e do BM na sua elaboração.

Outras recomendações a seguir na elaboração dos PRSP estão ligadas à necessidade de se conhecer, de antemão, as características da pobreza e os factores que a determinam;

A identificação de ações apropriadas a serem levadas a cabo pelas entidades públicas que possam ter um grande impacto na pobreza e;

A identificação de indicadores de progresso e sua monitoração de maneira participativa.

O objectivo destas recomendações é que os PRSP contenham um diagnóstico abrangente da pobreza; políticas macro económicas, estruturais e sociais claramente apresentadas e avaliadas em termos de custos; metas e indicadores apropriados para a monitoração do progresso e;

Descrição do processo participativo que foi usado na sua elaboração.

Em termos meramente operacionais importa destacar que os PRSP devem seguir um livro de consulta com a estrutura descrita no quadro 4 como recomendação do FMI.

Quadro 4

Livro de consulta

Parte I: Técnicas gerais

2. Organização do processo de participação
3. Dados e medidas sobre a pobreza
4. Monitoração e avaliação
5. Gastos públicos

Parte II: Abordagens macro e sectoriais

6. Questões macroeconómicas
7. Crescimento pro pobre
 - 7.1 Papel das reformas estruturais
 - 7.2 Integração na economia global
8. Pobreza rural
9. Pobreza urbana
10. Desenvolvimento Humano
 - 10.1 Protecção social
 - 10.2 População, saúde e nutrição
 - 10.3 Educação
11. Sector privado e infra-estruturas

Parte III: Questões transversais

12. Governação
13. Desenvolvimento dirigido pela comunidade
14. Género
15. Ambiente
16. Desenvolvimento da capacidade estatística

Fonte: The Development of Poverty Reduction Strategy Papers: Background “in”
www.imf.org

Deste modo pressupõe-se que a adopção dos PRSP representa uma abordagem nova de integração dos esforços de redução da pobreza pela via de políticas macro económicas, reformas estruturais, e políticas sociais coerentes.

O argumento central é que, com esta nova abordagem, a comunidade internacional tem a oportunidade de, muito rapidamente, apoiar a implementação dos PRSP específicos dos países altamente endividados, contribuindo desse modo, para os esforços globais de redução da pobreza e elevação da qualidade de vida nesses países.

Na visão do Departamento de elaboração e exame de políticas do FMI¹⁶, criou-se com a iniciativa HIPC reforçada uma oportunidade de mudanças em duas áreas, a saber:

III.1-Integração entre a redução da pobreza e as políticas macroeconômicas

No ato da elaboração da estratégia de redução da pobreza e da subjacente estrutura, as discussões da estrutura macro económica deve tornar-se mais abertas e interativas pela via da participação ampla que envolva técnicos do FMI e do BM e conduzem a consultas ao público sobre as principais políticas macroeconômicas, incluindo as metas relativas ao crescimento e à inflação e sobre o teor das políticas fiscais, monetária e externa, bem como as políticas estruturais voltadas à aceleração do crescimento. Porém a participação destes técnicos tende a suplantar a de outros intervenientes questionando, deste modo, a interactividade que se pretende.

Além disso, tal modelo participativo exige também a apresentação, aos doadores, de cenários macroeconômicos contendo indicações mais claras do que no passado sobre o financiamento necessário bem como a apresentação do seu possível impacto na redução da pobreza ao invés de uma elaboração conjunta de tais cenários.

A justificação para este procedimento é que assim haverá incentivos para a participação de outros doadores ou credores em compromissos de médio prazo. Porém não se vislumbra a preocupação com o carácter de longo prazo da pobreza que se pretende combater.

Por outras palavras pode-se dizer que, com a integração entre a redução da pobreza e as políticas macroeconômicas, procura-se adaptar os PRSP aos interesses dos Doadores e credores sacrificando ou subalternizando os interesses genuínos dos outros parceiros dentro do modelo participativo proposto.

¹⁶ “In” Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento (PRGF)_Aspectos Operacionais (<http://www.imf.org/external/np/pdr/prsp/por/poverty2.htm>)

III-2 Ênfase renovada na boa governação

A melhoria da governação através da melhoria da gestão de recursos públicos, maior transparência, gestão eficiente das finanças públicas são condicionalismos para o financiamento de uma estratégia de redução da pobreza. O argumento para este procedimento é que se necessita de calcular com algum rigor os custos das medidas sociais de redução da pobreza. Tais recomendações vem sendo seguidas, pelo menos em África, desde os princípios da década 80 no âmbito dos PAE, sem resultados palpáveis. porém, mesmo com a propalada mudança de estratégia mantem-se como condição para a aprovação ou financiamento dos PRSP.

Deste modo KNOKE e MORAZAN(2002) argumentam que:

Os PRSP tendem a corresponder a uma versão dos modelos ortodoxos do crescimento pró-pobre baseado no mercado nos quais se espera que os benefícios do crescimento económico transbordem “trickle-down” para os pobres sem alterar a política económica seguida pelos PAE.

Outra fragilidade apontada a estas estratégias esta relacionada as condicionalidades de ligação aos PRGF que acaba por limitar o seu espaço de aplicação já que existem exemplos, no mundo, de adopção com sucesso na redução da pobreza de políticas económicas diferentes das preconizadas nos PRGF.

A ligação dos PRSP ao crescimento e aos programas de ajustamento estrutural acaba por conduzir a uma serie de contradições entre a vontade de redução da pobreza e as privatizações, por exemplo, ao se proporcionar espaço para a corrupção, despedimentos massivos e subida de preços que acabam prejudicando aos pobres mais do que ajudam;

A obrigatoriedade de liberalização do comercio externo, da Banca e do sistema financeiro condiona a existência das pequenas e medias empresas bem como o acesso ao credito o que, mesmo com crescimento económico acaba por limitar o

efeito dos PRSP na redução da pobreza ao proporcionar condições económicas para a falência daquelas e conseqüente aumento do desemprego e da pobreza. De facto a política fiscal ligada aos programas de ajustamento estrutural não conseguiu ainda estabelecer um sistema de impostos que permita a redistribuição de rendimentos. Pelo contrario, os ricos ganham vantagens através da fuga ao fisco ou pelas simples vantagens da redução dos impostos sobre os lucros e o simultâneo estabelecimento do IVA que acaba afetando os pobres que não beneficiam de mecanismos de isenção ou de fuga aos impostos sobre os salários.

As organizações internacionais e mesmo os governos ocidentais não mostram interesse em atacar os problemas estruturais que provocam a pobreza em parceria com as organizações da sociedade civil. Parece haver também na comunidade internacional doadora confusão entre as causas e efeitos da pobreza a ser combatida;

O alívio da dívida proposto na iniciativa HIPC é muito limitado quando comparado às necessidades de financiamento dos PRSP e os países doadores não fazem muitos esforços para aumentar a ajuda bi e multilateral;

O conceito de participação definido nos PRSP não considera aspectos relacionados com a hegemonia do poder nos diferentes contextos nacionais, os grandes proprietários de terra, grupos étnicos dominantes, burocratas estatais corruptos que tem percepções mais influentes de como as políticas económicas podem ser ligadas a pobreza do que as dos pequenos e médios agricultores, pequenos produtores e trabalhadores assalariados dada a diferença de poderes e capacidade de se articularem junto dos decisores políticos.

Neste contexto a elaboração e desenvolvimento dos PRSP têm produzido um processo de consulta e não de uma real participação.

Embora os PRSP destaquem a situação desvantajosa dos pequenos e médios agricultores rurais no que diz respeito ao acesso a terra, o impacto resultante da política de liberalização tende a deteriorar a sua condição em vez de promove-la.

Por outro lado, a estratégia implícita de participação das empresas privadas na disponibilização de serviços básicos para os pobres como a educação, saúde, água potável e, outros que é evidente em muitos PRSP peca por ser ineficiente e contraproducente no que diz respeito ao combate a pobreza ao manter a lógica do lucro de curto prazo num projecto social a médio prazo.

Os pontos mais fortes do argumento de KNOKE e MORAZAN (2002) em relação aos PRSP estão ligados a constatação de que:

Pouco foi aprendido, no que diz respeito à pobreza, com a experiência da implementação dos programas de ajustamento estrutural nos anos ou décadas passados. Os factores externos, a volatilidade do mercado global, os riscos da abertura da economia ao exterior, a deterioração dos termos de troca e a competição entre os países em desenvolvimento não têm merecido atenção.

O acesso aos serviços básicos como a educação e a saúde básicas têm sido abordadas nos PRSP de forma qualitativa e quantitativa, mas a sua ênfase vai para a dimensão macroeconómica que frequentemente conduz a conceitos de cobertura de custos e taxas de utilizador ainda que o impacto negativo na pobreza seja conhecido.

No que diz respeito à reforma agrária existe a convicção de que a posse da terra só pode ser para quem a trabalha, mas esta orientação fundamental pode revelar pouca preocupação com a redistribuição e com os pobres que não tem recursos para a trabalharem por falta de crédito e, desse modo, prejudicar a luta pela equidade. Até porque a causa da “terra para quem a trabalha” pode entrar em contradição com a causa dos “Property rights” e da propriedade privada defendida no contexto dos PAE.

Alias julgando pelos objectivos, metas, programas e indicadores fica-se com a impressão de que tais documentos(os PRSP) são um compendio de todas as acções que os governos estão a implementar bem como daquelas que estão a negociar no quadro da cooperação internacional.

No que diz respeito aos prazos de execução, os PRSP estão muito confinados aos PRGF que são uma facilidade de financiamento do FMI por três anos e, portanto, de curto prazo. Pelo que, os PRSP favorecem estratégias de curto a médio prazos, mas visam objectivos de longo prazo. O problema é a falta de adequação aos projectos nacionais que definem uma perspectiva de longo prazo baseada nos recursos e possibilidades existentes e que considere de forma realista os riscos (vulnerabilidades internas e externas).

O coração dos PRSP é o conceito e a análise do que é a pobreza e quais as suas causas. Com essa base procura-se definir prioridades e desenhar estratégias coerentes para o crescimento económico. O enfoque no crescimento económico leva a sugestão de que a falta de crescimento é vista como a maior das causas da pobreza. O crescimento pode ser uma importante parte da estratégia da redução da pobreza, mas o acento inquestionável no conceito unidimensional do crescimento conduz a erros ao não considerar de forma adequada à causalidade (causa/efeito) da pobreza que na verdade é obstáculo ao crescimento. O que quer dizer que se devia dar maior ênfase à qualidade do crescimento do que a quantidade.

Deste modo, a colocação de políticas económicas dentro da estrutura dos PRSP significa a obrigação de escolha entre o público e o privado, o mercado livre e a planificação central, a regulação e a liberalização e, a equidade social e o crescimento.

A efetividade e sustentabilidade das estratégias apresentadas nos PRSP tem sido consideravelmente reforçadas pela sua integração nos acordos existentes entre o FMI e BM e os governos dos HIPC sobre a orçamentação. Porém nada contemplam sobre a necessidade de todas as reformas macroeconômicas previstas nesses acordos, serem analisados pelo seu impacto sobre a pobreza. Pode-se assumir que os PRSP precisam acelerar o crescimento em comparação com os ESAF, mas incidem excessivamente no equilíbrio macroeconómico. Por exemplo, os países que tem uma inflação de um dígito, deficits orçamentais baixos deveriam merecer uma oportunidade para utilizar todos os recursos provenientes do alívio da dívida na redução da pobreza mesmo que não suficientes. Existe também a necessidade de proteger os recursos destinados a redução da pobreza contra eventuais choques externos bem como a garantia de acesso dos HIPC aos mercados dos países industrializados.

A integração de uma estratégia de redução da pobreza completamente orçamentada numa estrutura macroeconómica consistente representa um desafio devido à ligação complexa entre os dois acima mencionada e a falta de dados estatísticos de qualidade.¹⁷

Portanto, a viabilidade dos PRSP só é assegurada se baseada nos genuínos interesses e causas da pobreza apresentados pelos países beneficiários, descentralização do seu processo organizacional, genuína participação de todos os segmentos da sociedade bem como na redefinição das modalidades de acesso aos mercados internacionais pelos países em vias de desenvolvimento e reestruturação do sistema de ajuda internacional.

A viabilidade dos PRSP passa também pela tomada de consciência sobre o efeito das privatizações na pobreza provocada pelo desemprego e fraco acesso dos pobres aos serviços, sobre a política agrícola e consequente reforma agrária, sobre a reforma do sector público e respectivas consequências nos níveis salariais e empregos, sobre a reforma do sector financeiro que implica crédito orientado para o crescimento e micro-crédito, e sobre políticas do sector privado que incluem a promoção de pequenas empresas para além do sector industrial virado a promoção do trabalho intensivo e regulamentação do trabalho pró-pobre.

Para além da preocupação com o crescimento, os PRSP deverão também se preocupar com questões de equidade e distribuição, ser uma estratégia de longo prazo, e garantir o empoderamento dos pobres através da definição de objectivos de governação que estejam ligados à redução da pobreza para além de se preocuparem somente com as condicionalidades política de orientação financeira. No que diz respeito à ajuda externa e seu fluxo destacam-se a necessidade de ela ser disponibilizada em maior quantidade e qualidade, de forma atempada e coordenada entre os doadores para financiar programas e não projectos particulares que não tenham relação com a redução da pobreza. Aquela sentida e vivida pelas populações vulneráveis.

¹⁷ por exemplo, o registo civil moçambicano sofreu efeitos negativos da guerra civil dos 16 anos e das cheias de 2000 e 2001

Os PRSP devem também ser abrangentes em termos de sectores ligados a redução da pobreza. Não se cingir somente na educação básica, saúde básica, mas também na criação de emprego, proteção de grupos vulneráveis assim como de preocupar-se com as questões da população e HIV-SIDA.

Os instrumentos ou processos de participação deverão respeitar à letra as instituições democráticas estabelecidas, em cada caso, garantindo que os representantes da sociedade civil envolvam representantes na integra do governo e da oposição de forma construtiva e pedagógica. Colher directamente a voz dos pobres no lugar de criar expectativas publicas excessivas e de envolver os media na integra¹⁸.

IV –O caso do Plano de Acção para a Redução da pobreza Absoluta (PARPA)

Desde a sua ascendência a independência, na década setenta, que a República de Moçambique passou por desafios extraordinários. A sua experiência colonial não deixou os seus cidadãos suficientemente preparados para assumirem o comando do país e tornou imperioso o recurso a cooperação internacional.

Aliado a isto enfrentou, logo a seguir, uma guerra civil que durou 16 anos e teve consequências sociais e económicas bem descritas em muitas obras sobre o assunto. Como exemplo dessas consequências negativas pode se apontar, segundo a avaliação nacional da pobreza de 1996/7, o facto de no ultimo período, acima descrito, 69,4% da população ter vivido abaixo da linha de pobreza (definida pelo consumo de alimentos equivalente a 2.150 calorias por dia acrescido de uma pequena soma de gastos em viveres essenciais não alimentícios).

¹⁸ informação retirada do relatório do Seminário sobre Alívio da Dívida e Redução da Pobreza, Londres, 2-6 de Outubro de 2000

Uma pobreza que se mostrou maior nas zonas rurais (71,2%) do que nas zonas urbanas (62,0%) e alcançou níveis bastante elevados 87,9% em Sofala, 82,6% em Inhambane, e 82,3% em Tete três províncias do centro e sul de Moçambique.¹⁹

A pobreza em Moçambique também foi/ é fruto de factos como os de, no decurso da terceira década de desenvolvimento, a chamada década perdida para o desenvolvimento, Moçambique ter estabelecido a década de vitória contra o subdesenvolvimento e, simultaneamente, aderido aos programas de estabilização e de ajustamento estrutural do FMI e do BM respectivamente, em resposta ao facto de aquando da proclamação da independência nacional em 1975, o stock total da dívida externa do país ter sido de cerca de 100 milhões de USD perante um saldo de reservas internacionais de cerca de 500 milhões de USD o que lhe permitia ter uma dívida sustentável a todos os níveis (FMI citado em Navalha, 2002), mas, já depois de 1979 ter começado a acumular elevados montantes de passivos externos que em 1984 já correspondiam a 2.4 biliões de USD, valor correspondente à cerca de 10 vezes o total das receitas das exportações de bens e serviços e 50% do PIB (FMI, 2000 citado em Navalha, 2002).

Aliado a vários factores de ordem política e económica que motivaram o agravamento da pobreza apontam-se também os efeitos das cheias de 1977 sobre o rio Limpopo que destruíram o equivalente a 34 milhões de USD, representando necessidade de importação e financiamento externo num montante igual ou superior e, os das cheias do rio Zambeze, em 1978, com 60 milhões de USD de destruições.

Este estado da situação económica moçambicana fez com que fosse elegível a iniciativa HIPC, nas suas duas versões, com os seguintes resultados em termos de alívio da dívida como contribuição da comunidade internacional para a promoção do crescimento económico sustentável e redução da pobreza absoluta.

¹⁹ Dados extraídos em Republica de Moçambique, Plano de acção para a Redução da Pobreza Absoluta (2001-2005-PARPA, Maputo, Aprovado em Abril de 2001, pp...13-14).

Quadro 5. Mozambique: Debt Service on Public and Publicly Guaranteed Debt, 1995-2003

(In millions of U.S. dollars , unless otherwise indicated)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
1. Scheduled debt service (before debt relief)	422.0	353.0	330.1	396.0	394.7	501.0	491.7	477.2	474.1
2. Debt service due after Naples terms ¹	301.1	223.4	100.3	124.1	148.6	170.8	171.4	166.9	173.0
3. Debt service paid before HIPC assistance ²	111.7	131.2	96.7
4. Debt service paid after HIPC assistance	108.5	95.7	96.9	100.9	96.6	100.2
5. Exports of goods and services (XGS)	406.9	479.3	513.1	635.7	713.3	767.2	922.2	1086.8	1187.9
6. Debt service paid as a percentage of XGS ³	27.5	27.4	18.8	17.1	13.4	12.6	10.9	8.9	8.4
				annual average 1995-98		annual average 2000-2003			
7. Scheduled debt service (before debt relief)				375.3		486.0			
8. Debt service due after Naples terms				187.2		170.5			
9. Debt service paid ⁴				113.2		98.7			
10. Debt service paid allowing for earlier HIPC relief ⁵				...		92.9			
11. Debt service paid as a percentage of XGS ⁴				23.3		10.2			
12. Debt service due (after Naples terms) less debt service paid ⁴				74.0		71.8			

Sources: Mozambican authorities; and IMF staff estimates

¹Flow rescheduling on Naples terms from November 1996 onwards and assuming a stock of debt operation on Naples terms in mid-1999.

²Based on Naples terms flow rescheduling.

³Before HIPC assistance from 1995-97 (line 3); after HIPC assistance from 1998-2003 (line 4).

⁴Before HIPC assistance in 1995-98; after HIPC assistance in 2000-2003.

⁵The Paris Club provided additional debt relief of US\$ 23 million (in NPV terms) from 1997-99 as part of its HIPC assistance. This is assumed to be used to reduce debt service from 2000-2003.

Fonte: Mozambique- Debt Service in www.imf.org

É a ligação dos resultados acima apresentados da iniciativa HIPC aos PRSP e, no caso de Moçambique, ao PARPA que será objeto de maior atenção no nosso trabalho.

Por essa razão e, para a concretização do nosso objectivo, importa referir que, em termos macroeconómicos, foram apontados pelo Plano de acção para a Redução da Pobreza, como determinantes principais da pobreza:

- _o crescimento lento da economia até ao começo da década noventa;
- _o fraco nível educacional dos membros do agregado familiar em idade economicamente activa, com destaque para as mulheres;
- _ as elevadas taxas de dependência nos agregados familiares;
- _ a baixa produtividade na agricultura familiar;
- _a falta de oportunidades de emprego dentro e fora do sector agrícola e;
- _ o fraco desenvolvimento de infraestruturas, em particular nas zonas rurais.

Partindo deste contexto é fácil afirmar que o governo de Moçambique preocupa-se com a pobreza já há décadas. Nos anos 1990 a redução da pobreza foi parte do processo de reconciliação nacional, em 1995 foi formulada a primeira estratégia nacional de redução da pobreza bem como instituída a primeira unidade que se dedicou à pobreza no Ministério de Plano e Finanças e realizou a primeira avaliação da pobreza em Moçambique.

Em 1999 estabeleceu-se uma estrutura política para a erradicação da pobreza e um plano de acção para a erradicação da pobreza absoluta que mais tarde foi incorporada na estratégia interina de erradicação da pobreza que foi submetida ao IDA e ao FMI em 2000.

O desenvolvimento deste PARPA interino (2000_2004) resultou mais tarde no PARPA completo (2001- 2005) contendo já um diagnóstico da pobreza, priorização crescente de programas sectoriais, alargada priorização de políticas macroeconómicas, nova priorização da área de boa governação, e um plano financeiro ligado a estruturas de despesas a médio prazo.

O Referido PARPA completo foi disseminado junto aos doadores, sociedade civil e sector privado.²⁰

È sobre o alcance e fraquezas do PARPA quando ligado à iniciativa HIPC que nos propomos debruçar, de forma resumida, tendo sempre presente que o PARPA é a

²⁰ informação retirada da publicação com título MOZAMBIQUE: Joint Staff Assessment of the Poverty Reduction Strategy Paper Prepared by the Staff of International Monetary Fund and the International Development Association, August 28, 2001

visão estratégica para a redução da pobreza da República de Moçambique e visa estabelecer os objectivos gerais e as principais acções a serem desenvolvidas na elaboração de planos orçamentais, programas e políticas de médio prazo e anuais do Governo.

Importa também destacar que o PARPA é o primeiro PRSP de Moçambique e vem na sequência dos esforços governamentais anteriores tais como o programa do Governo 2000_2004, planos e estratégias sectoriais e intersectoriais desenvolvidos pelos órgãos do Estado.

É também de conhecimento geral que na elaboração do PARPA desenvolveu-se um processo de consultas com segmentos e actores sectoriais relevantes fora da administração pública bem como a participação da sociedade civil e de financiadores externos.

Em termos de tempo de duração o PARPA foi definido como sendo de médio prazo na perspectiva de que o objectivo redução da pobreza absoluta não se altera, mas os instrumentos, políticas e metas podem se alterar à medida que se dominarem melhor as variáveis em causa.

O seu objectivo central é reduzir a pobreza absoluta em Moçambique empoderando as pessoas para realizarem as suas capacidades, sobretudo, as mais desfavorecidas.

De forma específica o PARPA visa reduzir a incidência da pobreza absoluta do nível de cerca de 70 por cento em 1997 para menos de 60 por cento em 2005, e menos de 50 por cento até finais da primeira década de 2000.

Para que isso seja possível existem condições prévias tais como a manutenção da estabilidade sócio-política; que tal plano de acção para a redução da pobreza seja um programa de médio e longo prazos e esteja baseado no crescimento económico rápido e abrangente.

O sucesso do PARPA também se ligou a necessidade de se estimular o investimento e a produtividade, e a necessidade de se alcançar uma taxa média anual de crescimento do PIB de 8%.

Um crescimento que seja abrangente, beneficie os pobres e, sobretudo, seja baseado num ambiente que estimule o sector privado, que acelere a criação de emprego e crie condições para a geração do auto-emprego.

Com base nas determinantes da pobreza acima apresentados e buscando-se maior eficiência do PARPA definiram-se seis áreas de acção fundamentais a saber:

- Educação primaria universal, enquanto se expande rapidamente a educação secundária, educação não-formal, educação técnico profissional. Combate do HIV_SIDA nas escolas e se houver recursos, expansão do ensino superior;
- Expansão e melhoria da cobertura dos cuidados primários de saúde através de programas especiais para grupos alvos tais como mulheres e crianças, uma campanha visando reverter a tendência actual expansiva da epidemia HIV_SIDA, e maiores esforços para combater doenças endêmicas, com destaque para a malária, diarréias, tuberculose, e lepra. Neste sector, para além destes esforços, há também que se garantir a provisão de água (infraestruturas) e a segurança alimentar (agricultura);
- No sector de desenvolvimento rural o incremento de oportunidades geradoras de rendimento, particularmente para o sector familiar, com base no aumento da produtividade e criação de condições para o acesso aos mercados, a extensão rural, melhoria do sistema financeiro e a aplicação da política de segurança alimentar tendentes à redução da pobreza e dos factores de risco dos pobres são as acções preconizadas;
- o desenvolvimento de infra-estruturas básicas como a melhoria da rede de estradas conduzirá a redução de custos e melhor acesso a mercados, e facilitará a comunicação e mobilidade, em especial para as populações que, vivendo nas zonas rurais, dependem da agricultura. Aliado a isto a água e energia eléctrica serão fundamentais no desenvolvimento do capital humano e aumento da Produção nacional. Nesta área de acção da-se destaque também a reabilitação e construção de infra-estruturas básicas que priorizem as zonas do país com maior concentração populacional e maiores níveis de pobreza;
- no que diz respeito à boa governação destaca-se a necessidade de instituições de Estado com qualidade suficiente para se garantir a provisão de serviços públicos aos pobres e um crescimento económico rápido e sustentável.

- As acções a desenvolver para que tal boa governação seja possível incluem a descentralização e devolução da administração pública a níveis próximos da população; reforma das instituições públicas incluindo a simplificação de procedimentos burocráticos, reforma do sistema judicial e legal, melhoria da segurança pública, protecção dos direitos e liberdade dos cidadãos e redução da corrupção entre outras.
- No que se refere à gestão macroeconómica e financeira priorizou-se as políticas que pudessem garantir um crescimento económico acelerado e redução da pobreza tais como:

Uma política fiscal, monetária e cambial para manter a inflação baixa e aumentar a produtividade da economia; políticas para mobilizar recursos orçamentais adicionais equitativa e eficientemente;

Políticas para melhorar a gestão das despesas públicas; políticas para proteger e expandir os mercados financeiros, incluindo uma análise cuidadosa sobre oportunidades para expansão dos serviços financeiros às áreas rurais e às pequenas e médias empresas; políticas para promover o comércio internacional e; políticas para reforçar a gestão da dívida interna e externa.

O primeiro senão do PARPA quando ligado aos PRGF e à iniciativa HIPC, as actividades complementares e com a justificação de que os recursos disponíveis são ainda limitados, o plano de acção social que deveria ser uma das áreas fundamentais na estratégia de redução da pobreza é considerado “outra área de acção” embora contemple programas sociais seleccionados (programas de assistência social direccionados, habitação); políticas e programas setoriais que contribuem para a geração de rendimentos e oportunidades de emprego (desenvolvimento empresarial, pescas, minas, indústria, turismo); programas específicos para a redução da vulnerabilidade a desastres naturais; e políticas de suporte para promoção de um crescimento sustentável (transportes e comunicações, tecnologia, gestão ambiental). A questão da criação de emprego também é levantada através de programas prioritários, juntamente com medidas pontuais nas outras áreas complementares.

Para a implementação desta estratégia e com base no cenário fiscal de médio prazo (CFMP) fez-se uma priorização das acções a desenvolver destacando-se para a respectiva despesa orçamental as áreas de educação, saúde, estradas, águas, desenvolvimento rural, e da agricultura, fortalecimento do sistema legal, judicial e segurança pública e capacitação da administração pública. As despesas também se concentram nas regiões mais populosas e com maiores níveis de pobreza.

IV.1-Consultas

O processo de consultas para a elaboração do PARPA, abrangiu diferentes fases. Uma primeira fase foi realizada a nível sectorial, ou seja, os vários ministérios realizaram consultas a diferentes níveis envolvendo técnicos, doadores, e sociedade civil em geral com o objectivo de criar consensos sobre os objectivos, prioridades, metas específicas e estratégias de combate à pobreza.

Tais consensos foram posteriormente levados a discussão a nível provincial e central através de reuniões e seminários envolvendo técnicos de diferentes sectores, doadores e sociedade civil. Nesta fase a Educação e a Saúde foram os sectores que mais consultas realizaram no processo de elaboração dos seus programas de desenvolvimento.

A seguir foi criado um grupo intersectorial técnico com representantes de vários sectores do governo. O documento (draft) que foi produzido, por tal grupo, serviu de base para as consultas que se realizaram a nível provincial e nacional já com o envolvimento de diversas instituições da sociedade civil para além de representantes de instituições governamentais a nível provincial.

Os resultados desta fase foram reunidos em relatórios/síntese e tidos em conta para o desenvolvimento de consultas no ato de elaboração de PARPAs provinciais.

A seguir e, com base nas consultas desenvolvidas a nível provincial, organizaram-se reuniões a nível central com o objectivo de avaliar e sintetizar as recomendações e conclusões obtidas nos seminários provinciais de divulgação do PARPA.

A concluir o processo formaram-se, em Janeiro de 2001, grupos de trabalho focais e diagnósticos participativos rurais abrangendo sete Províncias e 21 Distritos.

Ao longo destas três fases de consultas foram envolvidos no processo de consultas, entidades governamentais, representantes da população, associações empresariais, sindicatos, organizações sociais, confissões religiosas, ONGs, comunidade doadora e representantes do Ensino Superior.

O processo de consultas permitiu a reconfirmação da selecção das áreas fundamentais de acção; a enfatização da importância das matérias de boa governação, em especial a questão da desconcentração e da descentralização para o planeamento participativo ao nível local, em particular distrital. No planeamento distrital participativo estava a esperança de um processo de consultas mais efectivo, envolvendo processos decisórios voltados para a acção. Neste processo havia um mais efectivo envolvimento dos estratos menos favorecidos na determinação das prioridades a prosseguir.

O processo de consultas permitiu também destacar a necessidade premente do Estado revelar uma capacidade mais efectiva na acção, realizando as opções que tomou, e os programas, planos e compromissos que assumiu.

Importa destacar também que tal processo de consultas permitiu evidenciar a importância do combate a corrupção, bem como a necessidade de mudança de atitudes das instituições públicas e seus agentes no relacionamento com os cidadãos e suas instituições.

O processo de consultas, para além de alguma fadiga produziu também recomendações para que o Estado implementasse as acções que planificava, para além de recomendações relativas a criação de melhores condições para a comercialização agrícola, promoção de agroindústrias, promoção do empresariado nacional e desenvolvimento de serviços financeiros (que cobrissem as zonas rurais, os mais pobres, e o empresariado nacional nascente).

IV.2- Estratégias de Monitoração e Avaliação

No PARPA a monitoria articula-se em três vertentes:

_ a monitoria dos indicadores de resultados e processos setoriais e de actividades programadas mediante mecanismos tradicionais de monitoria que incluem os dados disponíveis ao nível dos sectores e do Instituto Nacional de Estatística (INE);

_A monitoria da execução financeira;

_A monitoria de impacto e do bem estar mediante o QUIBB (questionário de indicadores de bem estar).

Para além destes indicadores contava-se também com a utilização de métodos qualitativos e quantitativos na avaliação participativa da pobreza e com os diagnósticos rurais participativos.

Importa destacar desde já que, no que diz respeito a Acção Social, faltaram dados referentes à situação actual e meta indicativa sobre os grupos alvo como as crianças órfãs, mães solteiras, tóxicodependentes e populações sem renda, outro senão do PARPA quando analisado do ponto de vista dos seus principais objectivos.

IV.3- Orçamento

No que diz respeito à geração de receitas o objectivo do PARPA era/é aumentar a mobilização de recursos internos dentro de um quadro de redução de dependência orçamental de recursos externos.

Deste modo, projectava-se/projecta-se que a mobilização de recursos provenientes de receitas orçamentais evoluísse de 12% do PIB, em 2000 para 16% em 2010.

Tal mobilização de receitas seria possível pela via da reforma tributaria que visava a automatização e simplificação dos processos e reforço das capacidades da administração tributaria.

O objectivo aqui era cumprir a regra orçamental que não permite o recurso a financiamentos bancários para o financiamento do défice orçamental.

Espera-se que a dependência em relação a recursos externos decresça de 14% do PIB em 2000, para cerca de 8.5% do PIB, em 2010.

IV.4-Maximização da prestação de serviços públicos nos sectores fundamentais

Com base no Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP), um exercício de programação quinquenal, anualmente sujeito a um processo de revisão que inicia com a apresentação de limites indicativos de despesa aos sectores, o PARPA definiu para os sectores prioritários (educação, saúde, etc...) que, a despesa que se situava, em 1999, ao nível dos 13,2% do PIB, ou seja, 60% da despesa total devia aumentar para 17% do PIB, ou seja, 64,5% da despesa total em 2005.

Esta despesa nos sectores prioritários foi subdividida em duas partes: despesa de base e despesa adicional. A primeira é suportada, em grande medida, pela libertação de recursos para afetação orçamental, decorrente do alívio da dívida no quadro da iniciativa HIPC.

Na estrutura média de despesa prioritária os sectores Educação e Saúde absorve 51% dos recursos. De assinalar, ainda, o peso considerável da área de Boa Governação, legalidade e justiça, no total da despesa prioritária (12%).

Porém os recursos destinados às outras áreas de acção, onde se encontra a área da acção social, são extremamente escassos, ou seja, só 32% do orçamento do PARPA.

Para que os pobres fossem os principais beneficiários do PARPA, mesmo tomando em consideração os poucos recursos disponibilizados as áreas sociais, a estratégia colocou prioridade em políticas estruturais para impulsionar um crescimento com equidade através de políticas visando:

_Elevar a produtividade e desenvolver mercados para os pequenos produtores do sector familiar agrícola-rural (uma vez que cerca de 89% da população está envolvida com a agricultura, inclusive uma parcela importante da população urbana);

_Criar condições básicas para acelerar a criação de oportunidades de emprego e aumentar as oportunidades geradoras de rendimentos em actividades não agrícolas, impulsionando investimentos em indústrias e serviços de trabalho intensivo, e criando melhores condições para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas e;

_ estabelecer um processo mais participativo, especialmente ao nível local.

Em termos macroeconômicos o PARPA foi elaborado num contexto em que de 1996 a 1999 o desempenho da economia moçambicana tinha sido positivo. A inflação tinha descido para níveis abaixo de um dígito, o crescimento anual real do PIB foi superior a 10% e o investimento alcançou uma média de cerca de 27% do PIB. Estas tendências favoráveis foram consequência da estabilidade e paz estabelecida a partir de 1992 e as reformas económicas iniciadas em 1987.

Em 2000, em consequências das cheias que assolaram as regiões sul e centro de Moçambique o desempenho macroeconómico retrocedeu, mas até finais de 2005 foi possível manter uma taxa de crescimento na ordem dos 8% ao ano tal como havia acontecido de 1997 a 2001.

IV.5-CRÍTICAS AO PARPA

Em Moçambique, a redução da pobreza é um objetivo crucial das políticas do governo que precede a criação da abordagem do PERP pelo FMI e pelo Banco Mundial. O PARPA_ como é chamado o PERP moçambicano — se baseou em grande medida nas políticas e programas setoriais existentes, mas também tornou mais proeminentes na agenda do governo as questões relativas à participação nos processos de políticas internas (inclusive a função do parlamento e partidos políticos) e chamou mais atenção para as restrições à implementação, por meio de um enfoque na monitoria dos resultados. Ele se tornou o ponto de referência comum para as políticas de redução da pobreza no governo nos ministérios de execução e entre o governos central e os governos provinciais e, para o diálogo entre o governo, outras partes interessadas nacionais e os parceiros internacionais do desenvolvimento. O objetivo principal do PARPA que era a redução da incidência da pobreza de 70% em 1997 para menos de 60% em 2005 e menos de 50% até 2010 foi em grande medida conseguido.

A princípio, as autoridades se ressentiram por entenderem que se tratava da imposição de mais uma exigência procedimental externa. De modo geral, porém, o processo vem sendo liderado pelo país e tem contado com forte adesão do governo. O projecto do PARPA foi submetido a um processo de consultas que envolveu a participação de associações empresariais, sindicatos, confissões religiosas, organizações não governamentais, mídia, instituições governamentais nas esferas central e provincial e

doadores. Apesar das falhas do processo, por exemplo, os representantes das organizações da sociedade civil (OSC) apontaram o curto período de preparação (o material foi distribuído com atraso e as OSC não tiveram tempo suficiente para ouvir suas bases).

O processo do PARPA está centrado em parcerias e tomou por base os mecanismos existentes para as relações entre o Estado e os doadores. Esse processo foi iniciado num momento em que existia amplo consenso entre o governo e os doadores sobre as prioridades cruciais para a redução da pobreza. A maioria das políticas setoriais em torno das quais o PARPA foi montado havia sido formulada pelo governo em estreita cooperação com os doadores. Esse processo relativamente harmonioso era reflexo do fato de que Moçambique já contava com um mecanismo de coordenação de doadores bem desenvolvido. Uma série de Abordagens Setoriais Amplas (SWAp), inclusive na saúde e agricultura, já existia desde os meados da década de 90. Ademais, diversos doadores em Moçambique estavam coordenando seu apoio à balança de pagamentos antes do processo do PARPA.

O PARPA reconheceu a natureza multidimensional da pobreza e empregou uma abordagem abrangente para reduzir a pobreza. Além disso, adotou uma vasta gama de indicadores para medir a pobreza. Por exemplo, além de indicadores baseados na renda e no consumo, também usou os dados disponíveis sobre as taxas de analfabetismo, mortalidade e acesso à água potável, bem como os resultados qualitativos de uma avaliação participativa da pobreza.

Como reflexo de sua definição ampla da pobreza, o PARPA seguiu uma abordagem abrangente para reduzi-la, incluindo o crescimento de bases amplas num quadro de estabilidade macroeconômica, medidas para permitir o desenvolvimento rural baseado no mercado e a prestação de serviços sociais.

Porém, embora tenha descrito de maneira satisfatória as diferenças regionais no tocante à incidência da pobreza, o PARPA não estabeleceu metas para as esferas provincial e distrital. A relação entre as metas nacionais médias e as prioridades provinciais e distritais precisava ser mais clara.

O PARPA se baseou numa perspectiva de longo prazo, mas seu quadro operacional foi orientado para o médio prazo. Essa característica é ressaltada por dois factores adicionais: a intenção do governo de vincular as versões futuras do PARPA ao ciclo eleitoral (especificamente com a apresentação do programa económico ao Parlamento pelo governo recém-eleito), e o trabalho constante na definição da “Visão 2025.”

O PARPA foi centrado em resultados, mas as debilidades institucionais constituíram-se num desafio para a transformação dos planos em medidas concretas. As metas operacionais provem, em grande medida, dos planos setoriais e variam consideravelmente em termos de abrangência e precisão: algumas visam o produto (p.ex., a taxa de escolarização primária) ou os insumos (p.ex., a reforma curricular, formação de professores), enquanto outras se concentravam nos resultados intermediários (p.ex., taxas de mortalidade).

Não foram especificadas metas para algumas áreas (p.ex., combate à corrupção).

A integração do PARPA nos processos de planificação, elaboração do orçamento e Prestação de contas foi iniciada, mas seu ritmo pode ser considerado lento. É preciso sanar as debilidades do sistema de gestão da despesa pública de modo a garantir a disponibilidade de recursos orçamentais para as unidades de despesa e a utilização desses recursos conforme previsto no orçamento. O controle de qualidade (ou seja, a garantia da qualidade dos gastos) e as funções de monitoria e prestação de contas no governo também precisam ser reforçadas. Os procedimentos de monitoria e informação dos progressos na implementação deviam estar voltados para o fortalecimento dos processos internos, e não para o cumprimento de exigências procedimentais das IBW. Um passo importante nesse sentido foi a recente fusão entre o relatório anual de andamento do processo do PERP e o Plano Económico e Social de 2003 (apresentado a Assembléia da República).

Na maioria das áreas de intervenção do PARPA persiste a incerteza quanto à extensão do progresso alcançado em termos de melhoria da qualidade na prestação de serviços. Esse quadro é reflexo das falhas sistêmicas na execução, monitoria e prestação de contas do orçamento e vem sendo tratado como parte das reformas do sistema de gestão da despesa pública.

Está em andamento uma variada gama de reformas do sector público, com vista a sanar as deficiências de capacidade relacionadas à implementação e à monitoria do PARPA(ver quadro 6). Embora essas reformas se destinem a resolver as limitações de capacidade, elas parecem estar sobrecarregando a capacidade actual, que está próxima de seu limite. Ao mesmo tempo, os diferentes níveis de governo (ou seja, provincial e

distrital) estão bastante sépticos na capacidade dessas reformas, sobretudo quanto a aspectos relativos à descentralização do sistema de planificação e monitoria.

Quadro 6: Resumo de Realizações do PARPA(2001-2004) no âmbito da Boa Governação

Instituição Responsável	Actividade	Área
Ministério da Indústria e Comércio Ministério do Plano e Finanças	Revisão do sistema de licenciamento Revisão dos procedimentos alfandegários e de desembolso do IVA	Ambiente de Negócios
Ministério da Justiça	Modernização dos registos e notariado Construção de registo civis nos distritos	Ambiente de Negócios
Ministério da Administração Estatal	Revisão do estado geral do funcionário do estado Adopção da legislação sobre o poder local Criação do Programa de Apoio a Estratégia de Descentralização 2002-2006.	Boa Governação
Ministério da Administração Estatal	Criação de sistemas pilotos para o planeamento distrital participativo	Descentralização
Ministério do Interior Ministério da Justiça	Reabilitação dos postos de polícia Reabilitação e construção de prisões	Legalidade
Ministério do Plano e Finanças	Revisão do decreto 51/95 que cria a inspeção do estado Estabelecimento do SISTAFE	Boa Governação

Fonte: MPF, 2003 citado em G20, 2004

O processo do PARPA parece ter reforçado as discussões de políticas sobre a pobreza no governo (sobretudo entre as autoridades das esferas central e provincial) e, em menor medida, entre o governo e os agentes não governamentais. Todavia, entre os grupos variados, muitos ressaltaram a necessidade de fortalecer a capacidade de análise de políticas dentro e fora do governo, para que o processo participativo seja mais significativo e sustentável.

Pouco se avançou na execução da análise do impacto social das principais reformas Estruturais e de ajustamento macroeconómico com o argumento de que isso depende do crescimento económico a alcançar.

Procurando identificar as conquistas do PARPA importa dizer que a incidência da pobreza nacional, que ficou definida como parte da população vivendo abaixo da linha de pobreza, caiu para 54 por cento, 15 por cento de declínio se comparado com o registado em 1996-97. A pobreza reduziu mais rapidamente nas zonas rurais que nas zonas urbanas, apertando consideravelmente a diferença da pobreza entre as duas zonas, embora os níveis de pobreza se mostram mais altos na zona rural comparativamente com as zonas urbanas. Reduções de pobreza acima da média registaram-se em Niassa, Zambézia, Nampula, Tete, Manica e Sofala.

No que diz respeito à educação importa destacar que à medida que os agregados saiam da pobreza, eles, normalmente, não limitaram os seus investimentos à melhoria da habitação e à aquisição de mais bens duráveis. Eles investiram também nas suas crianças, especialmente na sua educação. Assim no que diz respeito às crianças com idade entre os 7 e os 17 anos (inclusive), houve um rápido aumento nos níveis de frequência escolar desde 1996-97. A percentagem de crianças neste grupo etário que frequentaram a escola aumentou de 61 por cento para 80 por cento, com um crescimento particularmente rápido nas áreas rurais. Igualmente, a percentagem de crianças que foram matriculadas na escola foi aumentando de menos que metade para ligeiramente acima de dois terços. Mais uma vez, o aumento foi mais rápido nas áreas rurais.

Porém, a aposta na educação primária e informal se bem que beneficia mais relativamente aos pobres no ensino primário e aos não pobres nos níveis subseqüentes, a sua promoção, pressiona os níveis subseqüentes, sobe o número de ingresso de estudantes por turma no ensino secundário, médio e superior e, devido à elevação do número de graduados nestes sectores, sem o correspondente aumento de postos de trabalho, sobe o nível académico de ingresso nos postos de trabalho existentes, já per si restringidos pelas políticas contracionistas do ajustamento estrutural e coloca mais distante a barreira da fuga a pobreza pela via da educação e acesso ao emprego formal para as famílias extremamente pobres.

Alias, importa referir que com a expansão do ensino para as zonas rurais sem as devidas preocupações com a equidade (em termos de pobres e não pobres) exacerbam-se as diferenças com vantagens para as elites locais e, devido à escassez de escolas secundárias nas zonas rurais, provocam-se migrações para as vilas e cidades o

que, mais tarde, poderá provocar a fuga de cérebros para as cidades em busca do emprego formal. Alias o Governo acaba de reconhecer que o actual sistema de educação não é adequado a promoção do auto emprego ao sugerir um sistema de educação novo e virado para as áreas profissionalizantes.

Pode-se apontar, também, que, no que diz respeito à despesa total com a educação como proporção do PIB em Moçambique, desde 1990-2004 infelizmente e contrariamente ao preconizado no PARPA, o fluxo de despesas tem vindo a decrescer desde 1999, com efeitos negativos na redução da pobreza absoluta.

Quadro7: Evolução da Despesa Total na Educação como % PIB

Anos	Despesas Totais do Governo em %do PIB
1999	25,4
2000	N/a
2001	23,3
2002	18
2003	18,5
2004	21,3

Fonte: MINED citado em G20, 2004

No que diz respeito às contas nacionais importa referir que o PIB (Produto Interno Bruto) per capita cresceu em termos cumulativos 62% entre 1996 e 2002. O consumo real per capita, registou um crescimento cumulativo ligeiramente mais baixo, mas ainda impressionante, na ordem dos 50% no mesmo período. Considerando as possibilidades extremamente reduzidas de redistribuição do rendimento, o crescimento é uma condição necessária crítica para a redução da pobreza Porém, o crescimento por si só, não se mostrou uma condição suficiente.

No que diz respeito à prevalência do HIV_SIDA e seus efeitos no crescimento e redução da pobreza importa destacar que a pandemia do SIDA tem trazido preocupações com as implicações para o crescimento e perspectivas de desenvolvimento no geral. Porém, as reduções de pobreza apresentadas acima não são

imediatamente consistentes com as preocupações sobre as implicações negativas da pandemia. Por exemplo, a província com melhor desempenho em termos da redução da pobreza, Sofala, também foi a província com a incidência de HIV estimada mais alta de todas as províncias em 2002 (República de Moçambique, 2003).

Sobre o papel e função no sistema de planificação o PARPA foi considerado um instrumento de operacionalização do Programa do Governo, dos planos estratégicos setoriais; um instrumento estratégico de política económica e social; e um instrumento de desenvolvimento de parcerias mas não adotou a abordagem da Agenda 2025 que se pretende seja um plano de desenvolvimento de longo prazo da República de Moçambique.

Ao definir a pobreza, o PARPA não se preocupou, para além do estado da situação da pobreza, com os processos de empobrecimento nem com a questão das desigualdades sociais. Não abordou a forte desagregação das redes familiares, de parentesco e comunitárias de ajuda mutua, incluindo os correspondentes valores sociais.

Com a aplicação do PARPA alguns grupos chave incluindo agregados chefiados por mulheres, órfãos e crianças vulneráveis, não se beneficiaram proporcionalmente dos ganhos na redução da pobreza. Os níveis de malnutrição crónica mantiveram-se muito altos, 41% em 2003 entre crianças de 6 a 59 meses de idade. Isto se deveu, sobretudo a não promoção do *mainstreaming* de segurança alimentar e nutrição em todos os sectores no contexto da preparação do PARPA.

O PARPA não conseguiu resolver as questões ligadas ao desenvolvimento do sector privado ao não conseguir com sucesso reduzir os custos de fazer negócios em Moçambique, não conseguiu também reduzir a corrupção, melhorar o estado de direito, diminuir a rigidez do mercado de trabalho, melhorar e manter as infra-estruturas básicas e melhorar o acesso ao crédito dos mais pobres.

A eficiência e eficácia dos gastos não foram suficientemente garantidas para impor o seu impacto no crescimento e redução da pobreza.

No que diz respeito às causas da pobreza pode se dizer também que não se teve em conta todos os factores que, não sendo de nível macroeconómico e não agregados são de extrema importância para a compreensão das causas “reais” que em cada Província

ou Distrito e, mesmo Posto Administrativo ou Localidade, conduziram milhões de indivíduos ou famílias a pobreza absoluta tais como:

_ A ausência de membros do agregado familiar em idade para trabalhar devido a SIDA ou a malária;

_degradação de estruturas familiares devido à guerra civil;

-destruição do sistema comercial rural pela guerra civil;

_ pessoas individualizadas sem trabalho e rendimento;

_deterioração da economia de plantações e respectiva quebra do trabalho rural sazonal importante para enfrentar os efeitos regulares das calamidades naturais;

_ redução das importações e exportações da RSA pelo porto de Maputo e, diminuição de 100000 para menos de 40000 do numero de mineiros moçambicanos na RSA. Causas fundamentais do colapso de divisas e desemprego em massa (BOROWCZAK, 2002).

Na elaboração do PARPA não se tomou, também, muito em conta o efeito, em longo prazo, da guerra no sector de serviços como a destruição dos caminhos de ferro de Moçambique e respectivos serviços sendo Moçambique um país de transitio; não se tomou também em conta o efeito negativo da liberalização do comercio, redução da despesa pública e consequente diminuição do poder de compra que afetaram a educação, a saúde e o abastecimento de produtos de primeira necessidade; a privatização e a liberalização que criaram mais desemprego e; as clivagens sociais entre e intra pobres e ricos.

Portanto, aquilo que BOROWCZAK,(2002) chamou de descolonização gorada, experimentações socialistas na economia, na sociedade e na política com resultados quase sempre negativos, a guerra civil induzida de fora, as catástrofes naturais cíclicas e as consequências do ajustamento estrutural de inspiração neoliberal são/foram as razões centrais para o actual dilema da pobreza em Moçambique e tiveram pouco destaque na busca de alternativas para a ultrapassar.

Este autor defende também que o PARPA sublinha expressamente que a medição da pobreza segundo as linhas de pobreza tem de ser completada mediante outros critérios, tais como o analfabetismo, mortalidade infantil, ratio de dependência, etc, mas na aplicação pratica considerou o *Homo Physicus* e o *homo oeconomicus*. A vasta falta de informação, de participação na vida social e falta de acesso as decisões

políticas não foram consideradas como pobreza. *O homo sociologicus et politicus* não foi um ideal no PARPA. Alias o Documento de Estratégia e Plano de Acção para a Redução da Pobreza e Promoção do Crescimento na sua versão final de Abril de 2001 apresenta em nota de rodapé o argumento de que em principio, o plano de acção social deveria ser uma das “áreas fundamentais” na estratégia da redução da pobreza, mas, foi considerada “outra área de acção” porque os recursos disponíveis eram ainda muito limitados, e o numero de beneficiários continuaria relativamente limitado de acordo com a magnitude do problema.

Na elaboração do PARPA também não se considerou suficientemente a questão das vulnerabilidades ligadas aos desastres naturais, escolhas de políticas e Trade-offs na procura da redução da pobreza com base num crescimento sustentável.

No que diz respeito à ligação do PARPA aos PRGF foi clara a ligação do alívio da dívida a redução do défice orçamental. O que não maximizou os esforços de, de forma eficiente, reduzir a pobreza com recurso ao alívio da dívida nos países com uma inflação de um dígito e défices orçamentais baixos como é o caso de Moçambique.

Alias a ligação do alívio da pobreza aos PRGF também limita a participação do capital privado nacional e internacional na redução da pobreza.²¹

Ao priorizar políticas macroeconómicas e o crescimento, o PARPA não tomou em consideração, por exemplo, que o recurso aos mega projectos, de capital intensivo e deficientemente localizados em termos de áreas prioritária para a redução da pobreza, (na sua maioria concentrados no sul, onde a incidência da pobreza é menor) teriam um impacto fraco e indireto na redução da pobreza absoluta. Alias a percentagem da pobreza subiu nesta região em contraste com o nível de investimentos que obteve como mostra o quadro 8 abaixo.

²¹ de acordo com as conclusões do Seminário sobre o Alívio da Dívida e Redução da Pobreza, Londres, 2_6 de Outubro

Quadro 8: Distribuição Regional de Pobreza

	Incidência da Pobreza			Profundidade da Pobreza		
	1996-97	2002-03	Diferença	1996-97	2002-03	
Nacional	69,4	54,1	-15,3	29,3	20,5	-8,8
Urbano	62,0	51,5	-10,5	26,7	19,7	-7,0
Rural	71,3	55,3	-16,0	29,9	20,9	-9,0
Norte	66,3	55,3	-11,0	26,6	19,5	-7,1
Centro	73,8	45,5	-28,3	32,7	16,0	-16,7
Sul	65,8	66,5	0,7	26,8	29,1	2,3

Fonte: Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares (IFPRI), 2004, pp 44. citado em G20, 2004

No sector de desenvolvimento rural o fraco aproveitamento do sector pesqueiro como, por exemplo, nas regiões com maior numero da população activa do país e maior incidência da pobreza (Zambezia com 68,1 e Nampula 68,9), o fraco investimento e a fraca produtividade agrícola acabaram tornando a contribuição deste sector na redução da pobreza absoluta irrisória já que é o sector com menor percentagem de crescimento 8% em relação a outras áreas de acção prioritárias.

Em termos de participação discute-se ainda a legitimidade do PARPA na sociedade, pois, existe a constatação de que em vez de uma participação, no verdadeiro sentido do termo, ocorreu um processo de consulta que, muitas vezes era acompanhada de entrega atrasada de documentos. Alias, entre as recomendações da sociedade civil ligadas a procedimentos que iriam melhorar a eficiência de programas antipobreza e as provenientes dos representantes da comunidade internacional o governo priorizou as destes últimos por razões varias que podem ser ligadas a necessidade de um rápido financiamento.

Pode ser também elucidativo o facto de a instituição que coordena a participação

(Observatório da Pobreza) ser financiado por recursos provenientes dos parceiros externos se bem que é o único observatório de pobreza unido no mundo²².

No que diz respeito à pobreza social causada por disparidades estruturais ou questões sociais o PARPA potenciou o papel que o judiciário deve desempenhar para o pleno funcionamento das actividades económicas, mas, as zonas rurais recorrem a família, autoridades tradicionais e tribunais comunitários respectivamente para a sua resolução.

Na busca da redução da pobreza e crescimento económico o PARPA priorizou também a Agricultura e Desenvolvimento Rural pela via do aumento da produção e produtividade e acesso ao mercado, particularmente pelo sector familiar.

Embora tenha conseguido um aumento significativo da produção graças a disponibilização atempada de insumos agrícolas, expansão das áreas cultivadas, oferta de empregos pela cultura de açúcar e as acções desenvolvidas no âmbito do PROAGRI, este sector prioritário ainda não logrou resolver os problemas de segurança alimentar, não tem mercados instalados nem armazéns, para além de ter registado um decréscimo na produção de Caju e Algodão culturas estratégicas de rendimento e preponderantes na criação de postos de trabalho nas zonas rurais e peri urbanas que são indicadas pelas estatísticas como as que apresentam maiores índices de pobreza absoluta.

Aliado a isto, como razões para a manutenção dos níveis inaceitáveis da pobreza, está a crise das infra-estruturas básicas no ambiente rural ligada à fraca construção e reabilitação de estradas e a não abordagem de questões transversais como os efeitos negativos do SIDA, da malária, dos problemas ambientais e dos valores culturais no aumento da produção e produtividade e adopção de novas tecnologias.

O sucesso deste sector, na redução da pobreza, também foi afetado, queda de preços internacionais e fraca capacidade de controlo dos preços impostos pelos compradores aos produtores, descapitalização e inelegibilidade dos intervenientes no crédito bancário.

No PARPA também não foram considerados, de forma eficiente, a assistência sanitária e social a terceira idade e a assistência aos novos exércitos de

²² Segundo o falecido Professor Doutor José Negrão na secção de lançamento Nacional da Campanha “chamamento Global para a acção contra a Pobreza” no Auditório de conferencias das Telecomunicações de Moçambique em junho de 2005.

desempregados. Também não se tomaram em conta os elementos de capacitação institucional do Estado para que a reforma do sector financeiro fosse efetuada com sucesso e virada ao sector rural da economia moçambicana.

O PARPA apresenta como uma das causas da pobreza as elevadas taxas de dependência no seio das famílias, mas, nas soluções, nada ou quase pouco é dito sobre como reduzir tais taxas de dependência. Alias, as questões ligadas a população que aparecem no PARPA estão somente ligados à saúde (HIV-SIDA, Malaria, etc.). Por exemplo, a fecundidade não é abordada. Moçambique tem uma estrutura etária jovem, mas não se priorizou, no PARPA, a criação de novos postos de trabalho formal para incorporar os exércitos de novos desempregados. Os comportamentos demográficos e suas exigências também não são também abordados.

O papel do Registo Civil, uma peça fundamental para a recolha e confirmação de dados estatísticos, não é prioritário no PARPA senão, de forma geral na reforma do sector público o que, fragiliza a fidelidade dos dados apresentados sobre a população alvo e a própria planificação.

Nestes termos, a articulação da Política nacional da população e o PARPA é mais do que necessária.

Uma outra fraqueza que se pode apontar ao PARPA é a sua não clareza entre ser um plano estratégico ou um plano de acção de redução da pobreza absoluta.

Na senda de aspectos metodológicos e teóricos também pode se dizer que o PARPA assumiu, como base teórica, modelos tradicionais como o modelo de Lewis, por exemplo, ao adoptar a contração da oferta monetária pela via da redução do credito a economia, do aumento das taxas de juro real ou mesmo pela via do estabelecimento de limites ao credito ou aumento das reservas mínimas obrigatórias.²³

O problema é que a redução do credito a economia reduz o investimento, a expansão do sector privado e a taxa de crescimento da economia, mas, o défice orçamental pode ser corrigido de duas maneiras: o governo aumenta as suas receitas fiscais, ou diminui as suas despesas. O aumento dos impostos pode fazer deslocar o investimento do sector privado para o Publico estrangulando-se o sector privado, mas, não se toma em consideração o impacto dinâmico positivo da despesa publica no crescimento económico e desenvolvimento do sector privado a médio e longo prazos.

²³ Baseado em Castel-Branco/ FMI, ESAF e Desenvolvimento: Reflexões Criticas, s/d.

Assim, ao se adoptar o controlo do défice orçamental pela via da redução da despesa publica em vez do aumento da despesa publica pode estar-se a criar uma limitação as estratégias de crescimento a adoptar.

O impacto dos choques externos súbitos e violentos que bastas vezes são a razão da vulnerabilidade económica e do fracasso dos programas de ajustamento não foi considerado suficientemente. No caso do PARPA, tal vulnerabilidade foi imputada à fraca capacidade de governação, gestão deficiente da dívida interna e externa e, fraqueza institucional mesmo reconhecendo a severidade de factores como crises de petróleo, deterioração dos termos de troca dos produtos primários no mercado internacional, subida de taxas de juro real da economia mundial entre outros.

O PARPA foi desenhado para responder aos esforços conjuntos do FMI e BM de construir um quadro conceptual para programas de estabilização e ajustamento orientados para o crescimento económico acelerado e redução da pobreza pela via da marginalização do investimento do Governo com o argumento de que em curto prazo a despesa do governo representa défice publico, défice da conta corrente e, restrições ao credito e, por esse motivo, ignorou-se os efeitos benéficos a longo prazo ligados ao facto de a despesa se poder refletir na adopção de novas tecnologias, em força de trabalho mais qualificada, em serviços de apoio a produção e exportação mais eficientes, etc, onde os efeitos das sinergias se podem fazer sentir.

A questão central que o PARPA devia abordar é a eficiência do investimento na criação da capacidade produtiva da economia tendo como base a disponibilidade de recursos financeiros acessíveis, orientados para a equidade.

A política cambial que está subjacente no PARPA esta virada a estabilização da conta corrente em curto prazo e não alcança o facto de que a manutenção de uma taxa de cambio em desequilíbrio (normalmente sobrevalorizada) pode melhorar o bem estar da sociedade promovendo a transformação estrutural da economia e a aceleração do crescimento industrial e económico, por causa da ligação entre a taxa de cambio e os termos de troca do sector industrial bem como do sector agrícola, operando como um instrumento no processo de industrialização.(RODRICK, 1986 citado em CASTALBRANCO, s/d). O argumento central para esta posição é que a estabilidade económica não é incompatível com o crescimento da oferta monetária e do fluxo de recursos externos, desde que o investimento seja eficiente e, por essa via, não se recorra a contração da procura agregada.

O PARPA também aborda a questão do investimento directo estrangeiro como se não fosse uma questão de competição com outros países em desenvolvimento e/ou mesmo desenvolvidos ao não fazer referência a questões como o impacto das infra-estruturas, qualidade da força de trabalho, instituições de apoio à produção e capacidade de inovação e gestão na captação de investimentos de trabalho intensivo, nem se refere ao impacto do Afro pessimismo e seus efeitos negativos na sua captação.

Neste caso também se revela que o ajustamento entre o financiamento e crescimento económico não tem de ser feito com recurso a redução das taxas de crescimento mas, sim, com recurso ao conhecimento e inovação no lugar das vantagens comparativas da força de trabalho pouco qualificada e barata.

O PARPA não adotou ainda os novos modelos de crescimento e desenvolvimento económico que estão associados com o desenvolvimento de estudos sobre a economia da tecnologia e inovação, o impacto económico da informatização, a análise das estratégias empresariais e industriais, com a sua ênfase na diferenciação de produtos e qualidade, produtividade e redução de custos, informação imperfeita e estratégias de investimento (CASTEL_BRANCO, s/d).

Em tais modelos o conhecimento e a inovação são os factores fundamentais que explicam o crescimento económico sendo por isso fundamental que o PARPA aborde assuntos ligados à tecnologia, organização e destreza e qualificação da força de trabalho que chega a ser a razão de 80% do crescimento económico ao invés do incremento dos factores de trabalho.

V- Questões para Reflexão

- 1- Será o PARPA um plano de acção ou uma estratégia?
- 2- A prioridade que os PRGF, ao substituir os ESAF, deram ao fortalecimento da balança de pagamentos, elevação do nível de vida e a redução da pobreza não se contradiz com a afirmação de ser objeto dos PRGF a redução da pobreza como elemento central de uma estratégia económica virada ao crescimento?
- 3- Os PRSP conseguiram em Moçambique que todas as instituições e prestadores de ajuda *utilizem* as suas estruturas para coordenar as suas estratégias de crédito e impor condições?
- 4- Nas condições previas do PARPA não se destacam os factores externos causadores da dívida e pobreza como a deterioração dos termos de troca, políticas protecionistas que restringem o acesso ao mercado internacional. É

- uma atitude deliberada ou existirá uma razão específica para se considerar somente a estabilidade política e social?
- 5- Que relação podemos estabelecer entre a sustentabilidade da Dívida nos termos do HIPC reforçado e a adopção de políticas eficazes de combate à pobreza?
 - 6- Se os PRSP devem ser de origem nacional até que ponto se justificam os “livros de consulta?”
 - 7- Muitos autores defendem a separação entre o alívio da dívida/HIPC reforçado e os PRSP por causa do impacto fraco da sua ligação nas populações locais. Existe algum argumento que possa refutar a veracidade desse argumento?
 - 8- Os PRSP devem ser de origem nacional e virados para os resultados, mas no PARPA temos alguns resultados intermédios e até alguns insumos. Ex. taxa de mortalidade e formação de professores ou reforma curricular respectivamente. Haverá alguma razão para isso?
 - 9- Como o PARPA conseguiu evitar que o poder dos técnicos das instituições de Bretton Woods se sobrepusesse ao do governo e membros da sociedade civil na altura da interatividade (Participação)?
 - 10- A posse da terra para quem a trabalha, sabendo-se que os pobres não têm recursos para o efeito, por falta de elegibilidade para o crédito não poderá exacerbar as desigualdades a favor dos não pobres (tornando difícil a redistribuição da riqueza)?
 - 11- A definição da política económica a seguir nos PRSP não estará a condicionar as escolhas como, por exemplo, entre o crescimento e a equidade social?
 - 12- As elevadas taxas de dependência são apontadas como causa da pobreza, mas, já não são abordadas nas soluções. Alias as questões populacionais só são abordadas quando ligadas a saúde (sida, malária, etc) haverá uma razão objetiva para isso?
 - 13- Qual será a diferença entre a política nacional da população e o PARPA em termos de objectivo e qual é a razão da sua não harmonização?
 - 14- Qual é o alcance real do PARPA se se atender que Moçambique havia já sido contemplado pelo 1º HIPC e o seu desempenho económico 1996 a 1999 tinha sido positivo. A inflação tinha descido para níveis a baixo de um dígito, o crescimento anual real do PIB foi superior a 10% e tinha atingido 27% de investimento médio graças ao ajustamento estrutural e a pacificação de 1987 e 1992 respectivamente?
 - 15- Haverá alguma razão para a não quantificação das metas do combate a corrupção no PARPA?

- 16- Que ilação se pode tirar quanto a fiabilidade dos dados disponíveis partindo do facto de a província com maior índice de redução da pobreza ser o mais infectado pelo HIV-SIDA?
- 17- A ligação dos PRGF ao alívio da pobreza não terá limitado o espaço de participação do capital privado nacional e internacional?
- 18- Ainda ligado a questões da população porque razão o PARPA não aborda os novos exércitos de desempregados (mais de 600 mil por ano)?
- 19- Em termos de modelo teórico o recurso, em nome da defesa do sector privado contra a fuga do investimento para o sector público, ao modelo tradicional que preconiza a contração da oferta monetária pela via da redução do crédito a economia, aumento da taxa de juro real, estabelecimento de limites ao crédito e aumento das reservas mínimas obrigatórias não estará a ignorar que a médio e longo prazos a despesa pública tem um impacto dinâmico positivo no crescimento económico do sector privado?
- 20- Com o recurso ao controlo do défice orçamental pela via da redução da despesa pública não se estará a limitar as escolhas de política económica ou estratégias de crescimento e redução da pobreza?
- 21- Actualmente ainda faz sentido a restrição dos gastos do governo em investimentos em nome do défice público, do défice da conta corrente em curto prazo e da restrições ao crédito sem considerar os efeitos benéficos a longo prazo ligados a possibilidade de essa despesa pública poder se refletir na adopção de novas tecnologias, força de trabalho mais qualificada, serviços de apoio a produção e exportação mais eficientes?
- 22- A questão do conhecimento e da inovação tecnológica, a economia da tecnologia e inovação, o impacto da economia de informatização, informação imperfeita não serão actualmente mais concernentes com o crescimento económico do que as vantagens comparativas estáticas baseadas na disponibilidade de força de trabalho barata?
- 23- Porque razão as questões ligadas ao papel das instituições no desenvolvimento não fazem parte das preocupações do PARPA?
- 24- Tomando em conta que a rede sanitária em Moçambique é fraca e que muitos moçambicanos recorrem a medicina tradicional existirá uma razão objetiva para isso não ser abordado no PARPA?
- 25- Segundo o RDH de 2001 mais de 80% dos moçambicanos vivendo nas cidades tem como base de sustentação o mercado informal. Haverá alguma abordagem sobre esta área da economia moçambicana no PARPA?

Conclusão

A redução da pobreza constitui um dos objectivos prioritários do Governo de Moçambique desde a independência do País em 1975. Foi na sequência de esforços de melhoria das condições de vida dos moçambicanos que se traçou um plano de acção para a redução da pobreza como primeiro instrumento de política, de carácter abrangente, integrado e explícito para a redução dos níveis de incidência da pobreza absoluta em Moçambique.

O PARPA surgiu como um instrumento de planificação do Governo, que completa os documentos que já vinham sendo utilizados como é o caso do Plano económico e social, o plano trienal de investimentos públicos e o orçamento anual do Estado, para além da política fiscal de médio prazo que permitiu a inclusão dos recursos alocados à redução da pobreza absoluta nos instrumentos anuais de governação.

Deste modo o PARPA não é um documento isolado, mas sim parte do processo de reformas económicas impostas pelas instituições de Bretton Woods onde se destaca de outras modalidades de reformas pelo facto de ter um enfoque mais social e incorporar a participação da sociedade civil.

Com a sua implementação a sociedade civil teve e tem uma oportunidade (ou mesmo única) de proceder as suas escolhas e influenciar políticas, dentro do processo de planificação nacional e de reformas económicas, visto que outras modalidades de reformas são ou eram levadas a cabo num cenário fechado apenas acessível ao Governo e as instituições de Bretton Woods e, onde estas últimas impunham ou impõem condicionalismos e o Governo obedece ou obedecia.

Com a adopção do PARPA passou-se a medir o impacto do ajustamento estrutural nos pobres e, pela primeira vez, tornou-se possível medir os esforços do FMI no crescimento económico e redução da pobreza.

Perante este cenário e, olhando para aquilo que eram os seus principais objectivos, pode se dizer que a viabilidade do PARPA só é assegurada se baseada nos genuínos interesses e causas da pobreza apresentados pelos representantes da

sociedade civil e do Governo de Moçambique, descentralização do seu processo organizacional, genuína participação de todos os segmentos da sociedade bem como na redefinição das modalidades de acesso aos mercados internacionais pelos produtos de exportação moçambicanos e aumento dos influxos de ajuda pública ao desenvolvimento.

A viabilidade do PARPA passa também pela tomada de consciência sobre o efeito das privatizações na pobreza provocado pelo desemprego e fraco acesso dos pobres aos serviços, sobre a necessidade de melhoria da política agrícola e consequente reforma agrária, sobre o reforço da reforma do sector público e respectivas conseqüências nos níveis salariais e empregos, sobre a necessidade de reforma do sector financeiro que implica credito orientado para o crescimento e micro-credito, e sobre políticas do sector privado que incluem a promoção de pequenas empresas para além do sector industrial virado a promoção do trabalho intensivo e regulamentação do trabalho pró-pobre.

Para além da preocupação com o crescimento, o PARPA deverá também se dedicar às questões de equidade e distribuição, reforçar o seu papel de estratégia de longo prazo, e garantir o empoderamento dos pobres através da definição de objectivos de governação que estejam ligados à redução da pobreza para além de se preocupar somente com as condicionalidades políticas ligadas aos poderes financeiros internacionais.

No que diz respeito à ajuda externa ao PARPA e seu fluxo destacam-se a necessidade de ela ser disponibilizada em maior quantidade e qualidade, de forma atempada e coordenada entre os doadores, em termos de áreas de interesse para o financiamento, para financiar programas e não projectos particulares que não tenham relação com a redução da pobreza.

Tal ajuda deverá ser abrangente em termos de sectores ligados a redução da pobreza. Não se cingir somente na educação básica, saúde básica, mas, também, na criação de emprego, protecção de grupos vulneráveis assim como lidar com questões ligadas a população fora do contexto da saúde.

Os instrumentos ou processos de participação deverão respeitar à letra as instituições democráticas estabelecidas, em cada caso, garantindo que os representantes da sociedade civil envolvam representantes na íntegra do governo e da oposição. Colher directamente a voz dos pobres no lugar de criar expectativas públicas excessivas e de envolver os media na íntegra²⁴.

Para que de forma sustentável se alcance a meta definida no PARPA para 2010 e se responda aos desafios impostos pela pobreza prevalecem ainda várias limitações, incluindo: deficiente planificação, fiscalização e monitoria dos planos públicos; grande dependência externa dos sucessos alcançados até ao momento; agravamento das desigualdades regionais e de renda; degradação da situação salarial dos assalariados urbanos; um ambiente de negócios duro para o desenvolvimento de pequenos empreendimentos, fracasso na provisão de condições de trabalho adequadas ao pessoal directamente ligado a áreas prioritárias; incumprimento das metas de despesas para áreas prioritárias, sendo preocupante as inconsistências entre o que é priorizado no âmbito do PARPA e as realizações dos planos económicos e setoriais (como bem pode ilustrar o quadro sobre a despesa na área de educação acima apresentado).

Em termos macroeconómicos o PARPA preconizava um tipo de crescimento acelerado, sustentável e de base alargada. Isto significa um crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) “não inferior a 8% e a inflação contida entre 5-7%”.(ver quadro seguinte). Mas devia significar igualmente, “um processo de crescimento menos focalizado em grandes projectos, mas, assente prioritariamente no aumento dos rendimentos da agricultura, do sector familiar e das pequenas e médias empresas intensivas em trabalho” (Grupo Moçambicano da Dívida, 2003).

²⁴ informação retirada do relatório do Seminário sobre Alívio da Dívida e Redução da Pobreza, Londres, 2-6 de Outubro de 2000

Quadro 9: Evolução do PIB de 2000 – 2003

PIB	2000	2001	2002	2003
Previsto	6-8%	9.0%	7.4%	7.0%
Alcançado	2.1%	13.9%	8.3%	7.1%

Nb: Os dados sobre a previsão foram retirados dos Planos Económicos e Sociais de 2001, 2002 e 2003. Os dados sobre os resultados alcançados foram retirados dos relatórios anuais do Banco de Moçambique de 2001, 2002 e 2003. citados em G20, 2004

Em 2001, ano do início do PARPA, o PIB registou um crescimento de 4.9% acima do planificado para o ano e 11.8% acima da taxa de crescimento de 2000, ano de cheias mais devastadoras nos últimos 50 anos. “Este crescimento é basicamente explicado pelo início da produção do mega projecto da Mozal, do desempenho do sector agrícola e do programa de recuperação pós-cheia” (Banco de Moçambique, 2001:32).

No ano 2002, a estiagem afetou um total de 48 distritos situados nas regiões centro e sul do país “(Ministério do Plano e Finanças, 2003:4). Todavia, este constrangimento não comprometeu o alcance da meta programada. Mais do que isso, o crescimento foi 0.9% acima do programado e, 0.3% acima do estipulado no PARPA”. A maior contribuição ao aumento da produção veio do sector da construção, justificado pelos investimentos realizados nos grandes projectos em curso (fase II da Mozal e *pipeline* de transporte de gás de Temane para África do Sul, SASOL).

Em 2003, a taxa de crescimento do PIB foi 0.1% acima do previsto e 0.9% abaixo da meta estabelecida no PARPA. Excluindo os grandes projectos a taxa de crescimento do PIB foi de 6.2%.

Perante esta situação 30% das indústrias de média e pequena dimensão fecharam ou mudaram para actividades não transformadoras. Das que continuam a operar muitas estão moribundas (...) As indústrias com tradição no passado como as têxteis, vestuário e calçado quase desapareceram “(CTA, 2003:2 citado em G20,2004). Nos Caminhos de Ferro de Moçambique, cerca de 11500 postos de trabalho foram sacrificados e os sindicatos estimam que a taxa de desemprego esteja acima de 50%”.

Paralelamente a “a agricultura comercial apresenta uma tendência decrescente; reduz-se o emprego no campo; a agricultura de subsistência tem um rendimento baixo (menos de 0.9 toneladas por hectares (t/ha)) contra 10 a 20 t/ha noutros países (...) há falta de crédito para a agricultura já que o crédito neste sector é considerado de alto risco pela banca (em consequência, o crédito agrário reduziu de 50 para 20% do crédito a economia em 10 anos); a agroindústria é muito reduzida e a maior parte formada por micro-processadores”.

O reflexo disto é que enquanto a Economia cresce, as desigualdades de rendimento regional e em termos de acesso a serviços relevantes para o desenvolvimento aprofundam-se, reforçando o padrão de crescimento desequilibrado. Maputo e a zona da Matola sozinhas contribuem em mais de 50% da produção industrial. No sistema financeiro, as instituições financeiras concentraram as suas actividades nas zonas urbanas e peri-urbanas, em particular na cidade de Maputo.

O efeito da emergência deste padrão de desigualdades é estímulo a emigração das zonas relativamente pobres para as cidades, em particular o grande Maputo. Aqui, os níveis de pobreza agravam porque os que vêm não apanham emprego dado o modelo de crescimento dominante que é capital intensivo. Além disso, os salários nominais, dos poucos que conseguem ocupação em Maputo, permanecem rígidos, num contexto de agravamento de tarifas no sector de águas, eletricidade, educação, e saúde.

No que diz respeito à inflação importa destacar que o nível geral de preços esteve acima da meta planificada no PARPA. Esta situação é reflexo de uma combinação de factores endógenos e exógenos. Dentre eles, internamente, destacam-se as calamidades naturais (cheias e estiagem), a depreciação do metical em relação ao dólar americano e o rand e a dificuldades das autoridades monetárias em controlar a expansão da massa monetária, particularmente em 2001 e 2002. A nível internacional, destaca-se o efeito do aumento dos preços de petróleo.

Quadro 10: Evolução da Inflação

PIB	2000	2001	2002	2003
Previsto	8-10%	6-7%	9%	7%
Alcançada	11.4%	21.9%	9.1%	13.5%

Nb: Os dados sobre a previsão foram retirados dos Planos Económicos e Sociais de 2001, 2002 e 2003. Os dados sobre os resultados alcançados foram retirados dos relatórios anuais do Banco de Moçambique de 2001, 2002 e 2003 citados em G20, 2004.

Em termos de implicação nas metas do PARPA, a evolução verificada na inflação sugere uma acentuada degradação dos rendimentos reais nas zonas urbanas. É de salientar que em todos os anos, os bens alimentares foram os que mais contribuíram para a expansão inflacionária do Índice de Preços ao Consumidor (IPC)²⁵, o que em parte se refletiu no aprofundamento da pobreza urbana como se pode depreender dos relatórios recentes de análise do bem-estar em Moçambique.

No que diz respeito à boa governação em todas as áreas, atividades tendentes a melhorar a governação no país tem sido desenvolvidas, mas, o ritmo de implementação é lento, enquanto a situação permanece dramática. Leva-se mais de cem dias para montar um negócio em Moçambique. Os índices de corrupção no funcionalismo público são elevados. As condições nas cadeias são infra-humanas, sendo reportados casos de abuso e torturas. A transparência, e eficiência no uso dos recursos públicos é na maior parte das vezes questionável e a estratégia de descentralização 2002-2006 ainda tem que clarificar como a descentralização efectiva necessária para o combate à pobreza e o processo de planificação participativa distrital serão alargados a escala nacional dentro do actual contexto sócio-político. Os passos dados nesta área até ao momento não são conclusivos sobre as opções do governo.

A experiência do PARPA representa uma importante lição de boa planificação para uma boa governação. Na sua fase de concepção encorajou uma planificação participativa a níveis mais altos. Estabeleceu o precedente de estudos rigorosos da situação antes de fazer macro-políticas. Ao priorizar sectores integrou várias estratégias num único quadro macroeconómico ajudando, ainda que de forma insípida, na consistência das abordagens do governo. Mas observa-se ainda que o grau de apropriação e compreensão deste programa por parte dos técnicos em vários Ministérios é ainda baixo. “O PARPA ainda não transitou de documento nas mãos dos Ministros para instrumento de trabalho entre o pessoal técnico responsável pela implementação de políticas²⁶” (GoM, 2003). Nas províncias e distritos a situação pode ser ainda mais grave entre o pessoal do sector público.

²⁵ Para mais detalhes, vide os Relatórios Anuais do Banco de Moçambique 2000- 2003

²⁶ O relatório conjunto de avaliação do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional chama atenção para a mesma situação, tomando como referência o pessoal técnico do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento rural, que no seu entender está mais preocupado com o seu ProAgri I que com as metas do PARPA.

O PARPA em termos metodológicos apresenta dois momentos ao assumir-se como estratégia nacional um pouco tomando o lugar da agenda 2025 ou do plano quinquenal do governo de Moçambique e, em simultâneo, ter uma definição da matriz de prioridades de alocação de recursos feita pelos doadores.

O PARPA também tornou difícil a manobra de negociação de prioridades ao permitir uma harmonização das estratégias de ajuda o que, em caso de um eventual posicionamento extremo, forneceria as autoridades moçambicanas, menor capacidade de reação perante aquilo que se pode chamar de Clube de Paris da Pobreza.

Os factores externos que são também causa fundamental da dívida e da pobreza absoluta pouca atenção tiveram no PARPA um pouco por culpa da uma sociedade civil fraca e pouco informada sobre as questões económicas globais e suas implicações nos países em desenvolvimento.

Uma outra questão que se pode apresentar é que ao se estabelecer uma relação entre a sustentabilidade da dívida e o alívio da pobreza fez-se recurso a rácios arbitrários acompanhados de condicionalismos que tornam irrisórios, os esforços disponibilizados para o alívio da Pobreza. Alias os custos do desemprego massivo, privatizações ruinosas foram/são mais elevados que os recursos disponibilizados pelo alívio da dívida.

Constrangimentos de tempo fizeram com que o PARPA fosse uma compilação dos planos setoriais SWAPS sem preocupação de harmonização e de coordenação de actividades e despesas. Por exemplo, o Ministério da Mulher e Coordenação da acção social, peça fundamental nas questões de redução da pobreza e sociais em geral, que não tinha ainda um plano sectorial não foi incluído no PARPA.

O tempo e o método usado para as consultas não permitiu também, que se aproveitassem os processos internos de consulta que são alias inexistentes. Aqui, a culpa não pode ser só atribuída aos doadores uma vez que mesmo os resultados dos relatórios de Avaliação da pobreza que são endógenos não foram consultados na elaboração e avaliação do PARPA.

A priorização de questões financeiras ao invés da pobreza também se denuncia no PARPA ao ter se permitido que, aquando do desfalque nos Bancos comercial e de

desenvolvimento, o governo pudesse angariar dinheiros com recurso a dívida interna, mas, para projectos de desenvolvimento isso não é permitido.

Por exemplo, a indústria do caju caiu porque não se aceitou o investimento em nome do défice.

Nos processos do PARPA também é grande a sonegação de informação muito por culpa da situação política que se vive. Assim o papel que deviam ter as organizações sociais, os intelectuais, mesquitas, líderes tradicionais e igrejas não é garantido.

Assim, pode-se dizer que o PARPA precisa ser ainda uma estratégia clara de crescimento e redução da pobreza e não uma compilação de planos setoriais existentes elaborados com base nos pressupostos do ESAF.

Pode-se ainda concluir que:

Precisa ser de domínio dos executores nacionais de políticas e estratégias e não um plano de execução urgente imposto pelas IBW contra toda a tradição de planificação de prioridades. Só para dar um exemplo pode-se dizer que para a redução da pobreza em 20% seriam necessários \$3,5 milhões em empregos²⁷, mas, o PARPA priorizou outras áreas de acção com financiamento e resultados claramente inferiores aos acima apresentados;

As questões da sonegação de informação, do processo de consultas mais abrangentes e de conservadorismo na descentralização e nas reformas também deverão ser revista para permitir uma avaliação mais clara dos motivos reais dos fracos resultados que caracterizam o PARPA;

Falta uma análise profunda das razões objetivas que levaram o país ao endividamento. Daí que o perdão da dívida preconizado na iniciativa HIPC não fornece garantias, a partida, de que o endividamento não irá se desencadear de novo;

Os planos setoriais que serviram para a elaboração do PARPA precisam corresponder ainda melhor a situação real do país através de inquéritos qualitativos e participativos que sejam efetivamente a base estratégica do plano e;

O aparelho estatal precisa se fazer presente em todo o território nacional, ser eticamente íntegro e, sobretudo, democrático e participativo.

Estas conclusões não retiram, porém, a necessidade de um reconhecimento explícito na melhoria dos procedimentos de planificação estratégica e de monitoria que o PARPA inculcou a todos os níveis e a consciência de que um PARPA

²⁷ Informação retirada da publicação Mozambique: country assistance strategy report, 2003

verdadeiramente Moçambicano só poderá ser possível em longo prazo. Desde que, para isso, os moçambicanos se preparem para que qualquer alteração na formulação, implementação ou financiamento futuros seja da sua própria iniciativa contrariamente ao que tem acontecido, até hoje, com as iniciativas de alívio da dívida externa.

Bibliografia

ALVES, M. F. (2000), A dívida Externa dos Países em Desenvolvimento: a Questão e a Procura de soluções, Estudos de Desenvolvimento nº5, Lisboa.

ANDREWS, et al (1999), Debt Relief for Low-Income Countries: the Enhanced HIPC Initiative, IMF, Washington, D.C. “in”
www.imf.org/external/pubs/ft/pam51/contents.htm

BANCO DE MOÇAMBIQUE(Vários), Relatório Anual. Maputo: Banco de Moçambique.

BANCO MUNDIAL(1999)“in” http://www.worldbank.org/hipc/portug.../po-detailed_desc.htm

BANCO MUNDIAL(2002), O Banco Mundial em Moçambique, 2ª Edição, Maputo, Moçambique “in”
http://siteresources.worldbank.org/MozambiqueEXTR/Resources/Brochuras_Bmundial_Mo_ze

BHATTACHARYA, A (2004), From Debt Relief to Achieving the Millennium Development Goals “in” Hipc Debt Relief-myths and reality, FONDAD, February 2004, www.fondad.org

BROOKS, R et al(1998), External debt Histories of Tem Low Income Developing Countries: Lessons From Their Experience. “In” IMF. Working Papers WP/98/72, Washington, DC, Maio, 1989.

BOROWCZAK, Windfried(2002), Integração de pessoas extremamente pobres e em risco de sobrevivência sem potencial suficiente de auto-ajuda em processos PRSP: o caso de Moçambique, GTZ, s/d. **DESEKING & POWELL** (1999), From Toronto Terms to the HIPC Initiative, IMF Working Papers.

CHOWDHURY, R (s/d), Foreign Debt and Growth in development countries: a Sensitivity and Causality Analyses using panel data, Marquette University, USA “in”
abdul.crowdhur@Marquette.edu

DC &IMFC(2001), The Challenge Of Maintaining Long-Term External Debt Sustainability, WB & IMF.

DEGNBOL-MARTINUSSEN, J & ENGLEBERG-PEDERSEN (1990), Aid: Understanding International Development Cooperation, Zed Books, London

A Estratégia do Desindividamento dos PPME “in” Boletim sobre o Programa de Capacitação para Estratégia e Análise da Dívida dos Países Pobres muito Endividados (HIPC), 6ª Edição, 4ª trimestre de 2000.

A Estratégia do Desindividamento dos PPME “in” Boletim sobre o Programa de Capacitação para Estratégia e Análise da Dívida dos Países Pobres muito Endividados (HIPC), 9ª Edição, 3ª trimestre de 2001.

Governo de Moçambique(GoM). 2001. Plano de Acção Para A Redução da Pobreza Absoluta (2001-2005). Maputo.

Governo de Moçambique(Vários) Plano Económico e Social. Maputo: Governo de Moçambique.

Governo de Moçambique(Vários). Conta Geral do Estado. Maputo: Governo de Moçambique.

Governo de Moçambique(2003); Implementação do PARPA: Relatório de Avaliação 2001-2002. Maputo: Governo de Moçambique.

Governo de Moçambique(2001), A Despesa Pública com a Educação em Moçambique. Maputo: Principia, Ministério do Plano e Finanças e Ministério da Educação.

G20(2003), Plano Económico e Social: Manual de Formação, Maputo.

G20(2004), Relatório Anual de Pobreza, Maputo_ Moçambique.

G20(2004), Relatório de avaliação dos resultados do PARPA, Maputo-Moçambique

G20(2002), Para uma melhor participação dos moçambicanos na luta contra a pobreza, Maputo-Moçambique.

G20(1999), A Dívida Externa de Moçambique, Associação Progresso, República de Moçambique.

IMF(2003), Avaliação dos Planos Estratégicos de Redução da Pobreza e do Programa de Financiamento para redução da Pobreza e Crescimento: documento de Estudo /Termos de referência, GAI, Washington, DC 20431.

IMF(2002), IMF/World Bank Comprehensive Review of the Poverty Reduction Strategy Papers (PRSP) Approach.

IMF(2004), Mozambique-Debt Service “in” www.imf.org

IMF(2003), Republic of Mozambique: joint Staff Assessment of the Poverty reduction strategy Paper, Washington, D.C, IMF Country report No. 03/2001.

IMF(1999), From Toronto terms to the HIPC Initiative: A Brief History of Debt Relief for Low-Income Countries, Washington D.C., “in” IMF Working Paper No. h99/142. Prepared by Christina Daseking and Robert Powell.

KALIMA, Barbara (2003), the heavily indebted poor country (HIPC) initiative: experiences of implementation in Africa, AFRODAD, New York.

KNOKE and MORAZAN (2002), PRSP: Beyond the Theory Practical Experiences and Positions of Involved Civil Society Organisations, GTZ, Berlin. “in” www.brot-fuer-die-welt.de/bfdwadvocacy...

MOCHRLE, R.(2000), An Appraisal Of Debt Relief For Poor Countries, CERT, Edinburgh.

MOZAMBIQUE: Country Assistance Strategy Report, 2003

MOZAMBIQUE: Joint Staff Assessment of the Poverty Reduction Strategy Paper Prepared by the Staff of International Monetary Fund and the International Development Association, August 28, 2001.

NAVALHA, F. D. (2002), A Problemática da Dívida Externa: O Caso de Moçambique “in” Banco de Moçambique, Staff Paper nº 16, Março, 2002

NEGRÃO, Jose(2002), Para que o PARPA resulte: reflexão epistemológica sobre um processo candente, Maputo.

NGASSAN,C (1992), Factors Affecting the External Debt- Servicing Capacity of African Nations: An Empirical Investigation, University of Delaware, Newark

NORTON, Roger D.(2004), Visão Estratégica de Desenvolvimento em Longo Prazo e suas Implicações no Alívio da Pobreza: o Caso de Moçambique; The Carter Centre, Maputo.

PER-AKE, Anderson(2002), Impacto dos Mega projectos na Economia Moçambicana. “in” A Economia Moçambicana Contemporânea. Cássio Rolim et al (ed.); Maputo: Ministério do Plano e Finanças.

Perspectivas económicas “in”

<http://usinfo.state.gov/journals/ites/0201/ijep/ie020110.htm>.

Plano económico e Social (vários) “in”

<http://www.op.gov.mz/documentos/pes2004.PDF>

Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento (PRGF)_Aspectos Operacionais “in” <http://www.imf.org/external/np/pdr/prsp/por/poverty2.htm>

Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento (PRGF)_Aspectos Operacionais “in” (<http://www.imf.org/external/np/pdr/prsp/por/poverty2.htm>)

Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento (PRGF) – Aspectos Operacionais “in” File: //\\Warehouse\C\edm4.htm.

POWELL, R.(2003), Debt Relief, Additionally, And Aid Allocation in Low- Income Countries, African Department, IMF WP/03/1975

Relatório do Banco de Moçambique (varios), Departamento de Estudos Económicos e Estatística, Maputo-Moçambique

Relatório do Seminário sobre Alívio da Dívida e Redução da Pobreza, Londres, 2-6 de Outubro de 2000.

Relatório do Grupo de Trabalho “Agricultura”: tratamento do Sector da Agricultura no PARPA 1, “in” <http://by12fd.bay12.hotmail.msn.com/cgi-bin/getmsg?msg=MSG1121083660.14>

Relatório do Desenvolvimento Humano (Vários), PNUD, UN Plaza, New York, 10017, USA

Revisão conjunta-2005-Aide-Mémoire: versão final “in” <http://www.sarpn.org.za/documents/d0001245/Aide-mem-anexo-port-12-5-5.pdf>

SACHS, J.(2002), Resolving the Debt Crisis Of Low-Income Countries, Harvard University.

SCHILLING. V. Mundo: Historia “in” http://educaterra.Terra.com.br/voltaire/mundo/plano_marshall113.htm

STIGLITZ, Joseph E. (2002); Globalização: A Grande Desilusão. Lisboa: Terramar. Confederação das Associações Económicas (2003); Boletim Informativo; 2ª edição.

SUFIANE, H. (2004), Troca da Dívida por Activos: O Exemplo da Dívida de Moçambique a Portugal, ISEG, Lisboa.

THE Development of Poverty Reduction Strategy Papers: Background “in” www.imf.org

THE World Bank Group/HIPC Debt Initiative “in” http://www.worldbank.org/hipc/port...po-detailed_desc.htm

TODARO & SMITH (2003), Economic development-8th ed. Pearson, Harlow

TUNGAZA, M. R.(2000), The Strategies For Poverty Reduction In Mozambique: An Assessment, SARIPS, and Harare.

WARE, ARNALDO & LUCAS(2005), Population Issues and the PRSP Process in Malawi, Mozambique and Zambia, “in” XV IUSSP International Population Conference, Tours, France, 18-23 July

Pessoas entrevistadas

FILIFE JUNIOR, S. Baessa, Oficial de Programas, monitoria e avaliação, Grupo Moçambicano da Dívida.

MENETE, F. António, Oficial de Programas, Formação e Divulgação, Grupo Moçambicano da Dívida.

NUVUNGA, Milissão, Ph.D. Candidate, Gutenberg University, Department of Peace and Development Research.

ARNALDO, Carlos, investigador no Centro de Estudos de População, Universidade Eduardo Mondlane.